



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PL 621/16

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 21-12-18

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar o nome dos Srs. Vereadores da Comissão de Administração Pública: Gilson Barreto, está presidindo; Vereador Antonio Donato; Vereador Mario Covas Neto; Vereador Rodrigo Goulart, Vereador David Soares, Vereador Paulo Frange, Vereadora Janaína Lima.

Declaro abertos os trabalhos da 5ª audiência pública da Comissão de Administração Pública, de 2018. Informo que esta audiência está sendo transmitida no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link auditórios online.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.saopaulo.sp.leg.br, no link audiências públicas, registro escrito.

Esta audiência pública tem como objetivo debater o projeto de lei 621/2016.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal.... os senhores, na íntegra... esta audiência pública tem por objetivo debater o projeto de lei 621, que institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos do Município de São Paulo, aos titulares de provimento efetivo da administração direta, de suas autarquias e fundações, da Câmara Municipal de São Paulo, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, de aposentadorias e pensões pelo regime próprio de Previdência Social do Município de São Paulo – RPPS. Autoriza a inscrição da entidade fechada à Previdência Complementar do Município de São Paulo – Sampaprev.

A primeira audiência pública foi realizada em 15/03/2018, na Comissão de Constituição e Justiça. A convocação desta audiência pública foi publicada nos seguintes jornais: *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, dia 16 de dezembro; *O Estado de S. Paulo*, 16 e 19 de dezembro; *Folha de S. Paulo* dias 7 e 20 de dezembro.

- Manifestação na galeria.

- Pedido da palavra “pela ordem”.
- Manifestação na galeria.
- Vários pedidos da palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, vocês foram convidados pra participar da audiência pública e estão aqui. Nós queremos... A audiência pública será realizada com manifestação ou sem manifestação.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu vou continuar com a audiência pública, e o prejuízo vai ser de vocês. Informo – inclusive vou abrir para inscrições – que as inscrições serão realizadas junto à secretaria da Comissão na galeria. A seguir, esta Presidência irá chamá-los na sequência, grupos com cinco inscritos. Em seguida, assim que se pronunciarem os cinco inscritos, chamaremos mais cinco e mais inscrições.

-
- Pedido da palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos começar com a Sra. Camila e o Sr. Márcio. Por favor, compareçam. E quem quiser pode fazer a inscrição.

Tem a palavra o Vereador Donato.

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO – Presidente, Vereador Gilson Barreto, sou Vereador há pelo menos... Sou Vereador há 14 anos, o senhor está aqui a mais tempo do que eu. Eu nunca vi audiência pública – e já participei de dezenas – dessa maneira, com o plenário vazio, com pouca gente, muita gente lá fora e com espaço vazio no meio. Não tem o menor sentido!

Faço apelo a V.Exa, que possamos organizar a audiência pública com o caráter que tem de ter, com a participação popular! Audiência Pública existe pra ouvir a população e não pra cercear a sua participação. Faço um apelo a V.Exa, que mude as ordens, permita que um número razoável de pessoas – com segurança – possa ficar aqui em baixo, que aquele espaço, lá em cima, possa ser ocupado, e que possamos ter uma lista de inscrição de todos

aqueles que querem participar, contribuir com o debate.

Faço esse apelo a V.Exa, se não, a audiência vai estar maculada, poderá ser judicializada, e aquilo que vocês imaginam, que é acelerar o processo vai impedir esse processo já cheio de vícios, que é o que está sendo feito aqui, hoje.

Peço ao senhor, reverta à decisão tomada, que volte a ter espaço pra população e possamos ter uma audiência tranquila.

- Manifestação na galeria.
- Pedido da palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Um momento, Vereador. As cadeiras ficam para os Vereadores utilizarem. Os membros da Comissão, aqui em cima.

Se houver espaço aqui, sem problemas. A Casa é do povo, e todos vocês representam o povo.

-
- Vários pedidos “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Cada um aqui tem que fazer o seu papel. Não sou contra. Cada um tem seu partido. Mas a população será ouvida.

Registro a presença do Sr. Felipe, da Secretaria da Fazenda, que fará inclusive uma apresentação.

Tem a palavra o nobre Vereador Claudio Fonseca...

- Tumulto.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, agora eu vou tumultuar. Quando o Vereador Claudio Fonseca estava orientando, eu estava aqui pedindo “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero dizer que as inscrições continuam abertas lá em cima. Não tenho pressa. Estão previstas duas horas de audiência pública. Pois, não, Vereador Paulo Frange?

- Manifestações na galeria.

O SR. PAULO FRANGE – Gente, só para tranquilizar. Calma, calma. Sr.

Presidente, V.Exa. já demonstrou, ao longo da história de V.Exa., que as audiências públicas que conduz concede palavra a todos, que V.Exa. sempre foi um democrata da melhor qualidade e permitirá que todos falem. Só precisamos organizar um pouco a nossa relação de convivência. Sr. Presidente, não virão 55 Vereadores a esta audiência. Eu acho que, pelo menos, os representantes das entidades poderiam ficar conosco aqui. Não há problema.

A outra questão, Sr. Presidente, é a ordem das inscrições. Não podemos tratar de um assunto dessa natureza em duas horas. Não dá. Eu vim preparado para a audiência ir até meia-noite, porque acho que não dá para resolver em duas horas.

Primeiro, precisamos estabelecer qual será o tempo de cada um para falar. Temos de ouvir todos.

E até para tranquilizar todos, eu gostaria que V.Exa. pudesse ler a lista de convidados que falarão na audiência. Vamos dar espaço para eles, vamos trazer os representantes de classes que estão aqui, das categorias, que podem ficar aqui conosco. O ambiente tem de ser cortês, porque é um momento muito difícil e precisamos facilitar as coisas. V.Exa. pode fazer isso? Apenas ler a lista de convidados, para que possamos esclarecer a eles o que nós faremos e qual é o rito desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o nobre Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA (PPS) – Sr. Presidente, minha questão de ordem, o meu pedido, na verdade, porque não integro a Comissão de Constituição e Justiça, sei que na fala tem precedência aqueles que a integram, mas todos podem se manifestar, com bom senso.

Temos centenas ou milhares de servidores lá fora, representantes de entidade sindicais, então acho que é de bom senso que aquelas cadeiras que estão vazias sejam ocupadas por servidores públicos, pois não estamos recebendo bandidos na Câmara Municipal de São Paulo, estamos recebendo servidores públicos, população em geral. A audiência

pública se destina a ouvir o público. Não é ilimitado, porque é o tempo é que pauta quantos vão falar. V.Exa. tem um regramento, inclusive do Regimento, de quantas pessoas podem falar no prazo regimental. Eu acho que, tanto lá em cima quanto aqui em baixo, os Vereadores, se consultados, dificilmente o Presidente encontraria óbice dos próprios Vereadores de receberem aqui embaixo mais alguns representantes dos servidores públicos. Da transparência não há que se ter medo, porque já se sabe quais são os posicionamentos. O Governo tem o seu posicionamento favorável ao projeto; os servidores têm o seu posicionamento contrário, querem expor o seus argumentos, o seu posicionamento. Sabem também que a audiência pública não aprova o projeto. Depois, nós vamos ter sessões extraordinárias que começam a partir das 18 horas. Eu, a Vereadora Juliana, o Vereador Donato, e tantos outros, assim como o Vereador Paulo Frange, têm discutido o conteúdo desse projeto. Também a Vereadora Janaína, o Vereador Goulart. O que estão aqui têm debatido, com os seus posicionamentos favoráveis ou contrários. Mas temos dito claramente que esse projeto é prejudicial, não somente ao serviço público, mas aos servidores públicos e à cidade de São Paulo. Então não há que temer ouvir as pessoas. E essa audiência pública se destina a ouvir o público. Então abra, Presidente, converse com quem deve conversar, no sentido de que poderia até suspender essa audiência pública por alguma coisa de 50 minutos, uma hora, para chegarmos a um entendimento e fazer uma ocupação das cadeiras e da galeria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Primeiro, eu vou responder ao Vereador Claudio Fonseca.

A organização da Casa, de quem vai entrar, quem não vai, quem vai ocupar o recinto, não é desta presidência...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Isso não ficou sob a incumbência da presidência.

- Manifestação na galeria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A presidência está com a palavra.

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Um momento, e eu dou a palavra a V.Exa.

Vereador Claudio, nós vamos “reconversar” a respeito da estrutura que foi montada. Eu proponho eu, enquanto isso, que nós pudéssemos ouvir uma exposição...

- Manifestação na galeria.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Presidente, a Comissão tem autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu vou suspender os trabalhos por dois minutos.

O SR. ANTONIO DONATO – Vamos suspender por meia hora para organizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não, meia hora, não, eu vou suspender por dois minutos, para nós conversarmos, para chegarmos a um bom termo.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de agradecer à Comissão e a manifestação dos Vereadores. Reunimo-nos com o pessoal da segurança para ver a quantidade de pessoas que possam utilizar os recintos e ficou acordado que serão abertas mais 40 senhas para as pessoas ocuparem 30 lá em cima e 10 aqui embaixo. O Vereador Claudio Fonseca e o Vereador Donato estão cuidando disso e os trabalhos ficam suspensos até às 15h.

Muito obrigado pela atenção de todos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reabertos os trabalhos.

Meus amigos, convidados...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, meus convidados, por favor.

Nós vamos dar continuidade aos trabalhos. Nós acertamos, as pessoas estão vindo para ocupar 30 lugares lá em cima e 10 aqui embaixo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Pela ordem, Presidente.

O SR. TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Presidente. É só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nós vamos fazer o seguinte: vamos passar a palavra ao representante do Governo para fazer a sua exposição, em seguida vamos abrir para os Vereadores.

Vou passar depois...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Pela ordem, Presidente. Tenho uma questão de ordem antes de passar. Sem a minha questão de ordem acho que a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pois não.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Acredito que seja necessário instalar uma audiência pública, de fato, para que a gente possa ouvir o Secretário. No modelo como está não se trata de uma audiência pública, porque ainda faltam lugares para que a população possa participar.

A minha proposta é que primeiro a gente deixe o lugar ser ocupado pela população, porque daí se trata de uma audiência pública. Senão, Sr. Presidente, nós vamos precisar, vamos ser obrigados a judicializar esta audiência pública, porque não se trata de uma audiência pública. Isso pode, inclusive, prejudicar a tramitação e o andamento do projeto que é de interesse do próprio Governo.

Por isso, a nossa proposta primeiro possa ser, inclusive... Mais um detalhe, não estou entendendo por que há militantes do Partido NOVO aqui, se eu, por exemplo, não tenho o direito de trazer 40 militantes do Partido Socialismo Liberdade. Se esse é o critério, possa ir lá fora e obrigar a Comissão a colocar 40 militantes do PSOL, porque ali tem militantes

partidários que estão impedindo a entrada de servidores de participarem. Isso também é ilegal, isso também vai ser constado na nossa ação de judicialização desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – É um direito de V.Exa..

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vou passar a palavra ao Dr. Felipe, Secretário da Fazenda para fazer a sua exposição. Por favor, após...

O SR. TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Presidente. É só um esclarecimento.

Eu estou querendo informação de V.Exa., o senhor como Presidente, só um esclarecimento. Estou vendo que - Sr. Presidente, se o senhor não escutar não vai conseguir responder a minha pergunta - estou vendo na galeria várias pessoas vestidas com camisas de partido político. Eu queria saber como foram entregues as senhas, porque no meu gabinete não foi entregue nenhuma e o meu partido não teve acesso a nenhuma senha.

Eu queria saber se as senhas foram entregues para gabinetes e partidos políticos, é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Foi a Mesa Diretora que resolveu essa questão de as pessoas participarem.

Com a palavra Dr. Felipe, por favor. Pode usar a Tribuna.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – As inscrições estão encerradas.

O SR. ANTONIO DONATO – Sr. Presidente, quantos inscritos temos?

- Manifestações da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não adianta pedir que não vou retirar ninguém. Vai ficar todo mundo aí, a não ser que falte com o respeito, principalmente com o orador. Mas não vou retirar ninguém do plenário.

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Meus jovens, enquanto qualquer orador

estiver falando, quero, por favor, silêncio. Assim que terminar de falar, vocês podem se manifestar. Agora, se alguém não tiver a capacidade de ouvir outra pessoa falando é porque não tem condição de ficar aqui dentro. Desculpem.

Vamos ouvir a mensagem do Governo. O que o Governo propõe.

Dr. Phillippe, por favor.

O SR. PHILLIPPE DUCHATEAU – Obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor. A senhora, mais dois ali, se precisar se retirar, troca, porque há muitas pessoas querendo entrar. Mas falta de respeito não vou admitir. Enquanto o orador estiver falando, por favor.

Pode começar.

O SR. PHILLIPPE DUCHATEAU – Sr. Presidente, nobre Vereador Gilson Barreto, muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de estar aqui esclarecendo os pontos essenciais deste projeto. Cumprimento o Presidente e, na sua pessoa, cumprimento todos os membros da Mesa, componentes da Comissão, demais Vereadores presentes e público da galeria. Boa tarde.

Preparei alguns *slides* no sentido de apresentar o quadro da situação financeira e da pressão que as despesas da previdência exercem sobre o Tesouro Municipal.

Primeiro *slide*.

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor, já falei que não quero tirar ninguém do plenário. Vocês pediram para tirar, não vou tirar. Agora, se faltar com o respeito, vou pedir para retirar. Enquanto o orador estiver falando, por favor, quero silêncio.

Não vou admitir. Aqui é para profissionais, é para quem tem interesse e não para a gente fazer, nem daqui nem daí, baderna.

Aqui é a Casa do Povo. Precisamos ouvir as pessoas. Que cada um se inscreva.

Você é povo, se inscreve para falar depois.

Dr. Phillippe, por favor.

O SR. PHILLIPPE DUCHATEAU - O primeiro *slide* apresentado mostra a dinâmica do crescimento do déficit da previdência. Em 2008, 2 bilhões 372 milhões foram destinados à previdência, e esse valor subiu expressivamente para quase 8 bilhões em 2017.

Percebam que, em 2018, 561 milhões, do total de 2 bilhões 372 milhões foram custeados com a contribuição do servidor. Em 2017, apenas 1.368 bilhão. Então é possível perceber o crescimento espontâneo, o crescimento expressivo, a taxas chinesas, da despesa custeada com a despesa previdenciária total. O crescimento médio nos últimos dez anos foi de 13%, nominais, enquanto que a contribuição custeada pelos contribuintes de impostos cresceu quase 14%.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, vamos levar a sério a coisa aqui. O Governo está fazendo sua exposição. Eu vou pedir aos seguranças que peçam que as pessoas respeitem o orador. Se não respeitarem, vou convidar para sair. Por favor.

- Manifestações na galeria.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pois não, Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – A sugestão, Sr. Presidente, é que a gente ouça primeiro o Secretário...

- Manifestações na galeria.

O SR. PAULO FRANGE – Mas nós ainda temos muito tempo para manifestar. Vamos ouvir. O Secretário está apresentando qual é a proposta e o que vem. Vamos pelo menos ouvir. Sr. Presidente, eu acho que pode ser feito dessa forma.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Continue.

O SR. PHILLIPPE DUCHATEAU – Continuando, então, aqueles números que mostramos no *slide* anterior, quando comparados com...

- Manifestações na galeria.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Posso fazer um apelo a vocês? Permitam só dizer uma palavra, porque vocês hão de convir que após a exposição do procurador representando o ponto de vista do governo, nós, da oposição, críticos da reforma da previdência tal como eles vão apresentar, vamos ter o direito à palavra. Daí vocês poderão acompanhar os argumentos de por que não devemos votar. Há um número considerável de vereadores críticos e queremos adiar para o ano que vem. Então, dessa forma, vocês poderão ouvir seja a Vereadora Juliana Cardoso, que é da Comissão e vai falar criticamente, e também os demais, o Vereador Claudio Fonseca, o Vereador Paulo Frange e os outros vereadores, como eu, podem eventualmente falar também. Então eu faço um apelo para, democraticamente, ouvirmos os dois lados. Daí vocês vão chegar às conclusões, como nós. Eu quero chegar à conclusão de votar “não” com muito maior segurança e conhecimento depois do debate que vai haver, amigos.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Senador, muito obrigado.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Desculpa, Senador, mas aqui a gente não quer ouvir o governo. Eles querem tirar o dinheiro de cada servidor público. Não queremos ouvir (ininteligível) de governo...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereadora, V.Exa. é vereadora desta Casa.

Dr. Phillippe, por favor, continue,

O SR. PHILLIPPE DUCHATEAU – Obrigado, Vereador Supply. Os números apresentados no *slide* anterior, quando comparados com a receita corrente líquida, a gente pode ver nessa projeção. Em 2011, o déficit da previdência representava 5% da receita

corrente líquida; em 2017, está chegando a 10% da receita corrente líquida, e vai a 11% nos próximos anos. Ou seja, um crescimento absolutamente significativo de 5% da receita corrente líquida. Mais à frente os senhores vão ver como isso vem comprometendo a capacidade de investimentos e de prestação de serviços públicos. E por que esse crescimento se deu de forma tão abrupta nesses últimos anos?

Próximo slide, por favor. Aqui a gente pode ver como evoluiu a expectativa de vida das pessoas que têm 50 anos ou mais de idade. Em 1940, a expectativa de vida daqueles que alcançavam 50 anos era de 67 anos praticamente para os homens e 71 anos para as mulheres. Agora, em 2016, os últimos dados levantados mostram que 78 é a expectativa de vida para as mulheres e 82,5 a expectativa para os homens. Então, um crescimento da expectativa de vida fundamental que ajudou a propiciar essa situação.

O próximo slide, por favor. Seja em São Paulo, seja no Brasil inteiro, o número de aposentados e pensionistas cresceu muito. Seja pelo tempo limitado de contribuição, podemos observar esses números de 2009 a 2017. Em 2009, a gente tinha aproximadamente 70 servidores inativos, aposentados e pensionistas e hoje estamos com 97, praticamente 100 mil servidores inativos. Então, a razão que era de 120 mil servidores ativos para 70 mil servidores inativos, hoje, está numa razão de 120 para 100, estamos quase chegando a 1 para 1, na relação de ativos e pensionistas.

Próximo slide, por favor. Aqui sinaliza um pouco o prognóstico para os próximos anos, 41% dos servidores ativos têm mais de 51 anos. 70% dos servidores ativos têm mais de 41 anos e boa parte deles é do público feminino, principalmente de professores que gozam do benefício do regime especial na aposentadoria.

Próximo slide, por favor. Esse prognóstico sugere a evolução do déficit da previdência que hoje está beirando, despesas de previdência, os 8,9 bilhões de reais, para alcançar em 2027, 17 bilhões de reais. Estamos falando de um crescimento em 10 anos de um crescimento de 8 bilhões de reais.

Próximo slide. Quando a gente compara essa projeção em termos da porcentagem em relação com receita corrente líquida, estamos passando de 11% para quase 14%. Então, vamos lembrar, dez anos atrás, cerca de 5% da receita corrente líquida destinada a financiar o déficit da previdência, estamos em 11% da receita corrente líquida e vamos a 14. São sinais claros de que a previdência com o regime como está, é insustentável, compromete demasiadamente os recursos públicos destinados a investimentos e a manutenção dos serviços que a população tanto precisa.

Quando a gente coloca os efeitos dessa evolução do déficit sobre as contas públicas, a gente pode perceber, por exemplo, nesse gráfico, com a parcela dos investimentos que são financiados com recursos do Tesouro. Em 2013, 2 bi e 83; em 2014, 1bi 600; 2015, 1 bi 300; 2016, 742 milhões; 2017, 320 milhões. Esse é o sintoma claro da pressão que o custeio especialmente pelo crescimento a dois dígitos do déficit da previdência provoca na capacidade que a prefeitura tem de sustentar a prestação de serviços, sustentar os investimentos necessários para manter seus equipamentos e serviços públicos necessários.

Quando a gente compara, por exemplo, o déficit da previdência, ou seja, aquilo que os pagadores de impostos, os contribuintes arcam com a previdência, vistos outros impostos, a gente consegue perceber nesse gráfico, o dinheiro dos impostos pagos pelos contribuintes paulistanos vai representar 8,2 bilhões de reais no orçamento de 2019. É quase o valor inteiro previsto do IPTU. Todo o gasto de pessoal inativo também está num valor de 13 bilhões 600, quase o valor inteiro da arrecadação de ISS.

Próximo, por favor. Quando a gente compara então com as funções de gastos, é isso que a gente pode perceber, a despesa da previdência só não é menor do que da educação e saúde. Já está quase duas vezes tudo aquilo que a gente gasta com o subsídio ao transporte público e quase sete vezes mais do que Assistência Social, Habitação, Cultura e Segurança.

- Manifestação na galeria.

O SR. PHILLIPPE DUCHATEAU - Próximo *slide*. Estou chegando às conclusões finais.

O projeto de lei 621 ingressou na Câmara de Vereadores em final de 2016, tramitou ao longo desta Casa durante dois anos. Os principais pontos debatidos, ao longo desses dois anos de discussão, são os que estão no *slide*: criação da Previdência Complementar para os futuros servidores, opcional aos atuais; reajuste da alíquota de 11% para 14%; contribuição patronal de 22% pra 28%; alíquota suplementar para o servidor podendo chegar a 19%, alíquota suplementar – essa suprimida no substitutivo da CCJ deste ano; segmentação de massa, também suprimida pela Comissão de Estudos da Reforma; reestruturação do Iprem, também suprimida no relatório da Comissão de Estudos; e o ajuste nas pensões, isto é, trazer para o serviço público municipal as regras previstas pela lei federal que normalizou a concessão de pensão por morte.

Por fim, último *slide*, de todos os pontos apresentados pela gestão do Prefeito Haddad e toda tramitação da discussão, ao longo das gestões dos demais prefeitos e toda discussão nas diversas comissões da Câmara, chegamos aos pontos fundamentais que materializam a proposta que agora se apresenta: criação da Previdência Complementar para os futuros servidores, seu impacto na redução do risco fiscal nas contas da Previdência no curto prazo e o déficit financeiro e atuarial no longo prazo; reajuste da alíquota passando de 11% pra 14%; contribuição patronal de 22% pra 28% pra balancear melhor o equilíbrio entre as formas do financiamento do déficit, aliviar o contribuinte que foi sobrecarregado sucessivamente, ao longo dos anos, com o financiamento do déficit da Previdência, e a redução do déficit financeiro a atuarial no longo prazo. Como já mencionei, o ajuste na concessão das pensões por morte foi introduzido pelo Governo Federal através da medida provisória da Presidente Dilma e aprovado no Congresso Nacional, lei 13.135 de 2015.

Enfim, Presidente, são essas as nossas considerações, fico à disposição para o debate.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passo a palavra ao Vereador Donato, na qualidade de oposição, pra fazer a sua exposição; em seguida, ao Vereador Claudio Fonseca. Depois falarão os cinco primeiros inscritos, para assim manifestarem suas posições.

O SR. ANTONIO DONATO – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, todos que nos acompanham. Quero lamentar que esta audiência pública não tenha o caráter que deveria ter, não abriga todos os interessados no debate; lamentar que façamos o debate na véspera do Natal, com muita gente em férias, o que configura, de fato, um golpe nos servidores. Mas quero fazer a discussão do conteúdo! Principalmente para o pessoal do Itaú, ali! Pessoal do Itaú, escute um pouquinho pra ver se aprende! Pessoal do Itaú, escute um pouquinho pra ver se aprende!!!

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, pessoal!!!

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Os ânimos... Tem que ser assim mesmo, estamos aqui, são dois parlamentares que estão discutindo. Eu peço a Vereadora Janaína, que é da Comissão, pra tomar assento. Peço que fiquem aqui na Mesa, com todo o respeito aos Vereadores, só os membros da Comissão. Não quero nenhum Vereador aqui atrás. Somente os Vereadores da Comissão.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Para com isso, são dois parlamentares. Nobre Vereadora, por favor. Peço aos Vereadores da Comissão que permaneçam sentados. Os demais, aguardem, para darmos continuidade. Pessoal, o Vereador Donato está fazendo a sua exposição, contrariamente ao projeto. Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Vamos à discussão de conteúdo, porque essa discussão é insustentável para o Governo, e vou mostrar por quê.

Vou começar, de propósito, com o mesmo quadro que o Governo começou. O Secretário da Fazenda apresentou esse quadro, e acho que a gente tem uma diferença de conceito, porque ele chama de “déficit da previdência” e eu chamo de “aporte do tesouro”. E por que é diferente? Porque a Constituição fala...

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO – Fica quietinho para aprender! Fica quietinho para aprender!

- Vaias na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, olha, isso não contribui a nada. Eu quero dizer que o foro de pedido de retirada de projeto de pauta não é esse, é na sessão extraordinária. Estamos realizando aqui a audiência pública para as partes apresentarem sua exposição, conscientizar os Vereadores do seu voto. Em cima das palavras, das explicações, que os Vereadores tomarão seus posicionamentos para votar a favor, ou contra. Então, por favor, devolvo a palavra ao Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, primeiro, discutir o conceito de déficit. A Constituição diz que a previdência é financiada, a seguridade social, de maneira tripartite: o empregado, o empregador e a sociedade. Podemos discutir o tamanho da contribuição do Tesouro, mas o Tesouro ainda tem de contribuir sim. Então, não é déficit, conceitualmente.

Os números dizem muita coisa: o gasto com o pessoal na Prefeitura de São Paulo, que envolve inativo e ativo, está estável ao longo do tempo. Em 2018, teremos 36,6% da receita corrente com gasto de pessoal. Já chegamos a ter 38,6%. Então, não está aumentando o gasto com o pessoal. O que está aumentando é a parcela dos inativos em relação aos ativos. Isso é verdade. Isso é um problema.

Por que está aumentando a parcela dos inativos em relação aos ativos? A forma de não aumentar o gasto com o pessoal tem sido, principalmente, diminuir funcionário. Nós já

tivemos 135.000 funcionários na ativa. Este ano, temos 122.000. Então, estamos diminuindo os funcionários da ativa e aumentando o déficit, aumentando o aporte do Tesouro. E como se diminui isso? Terceirizando, terceirizando. Vamos lá, vamos lá.

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO – Vamos lá. Vocês não conseguem escutar, né? Vocês não conseguem aprender. Vocês não conseguem aprender.

Olha só, em 2005, foi aprovada a Lei das OSs na saúde. Olha o efeito disso: em 2007, 154 milhões, o valor de hoje; o valor real em 2017 é de 4 bi e 300 só na OS da saúde. Vou fazer uma conta simples: tira 10% de taxa de administração, o resto é salário. De 4 bi, 11% é 440 milhões que deixaram de entrar no caixa da previdência, deixou de entrar no Iprem. Então vocês não aguentam escutar a verdade, né? Vocês não aguentam escutar a verdade. Vamos debater! Vocês têm medo do debate! Vamos lá!

Olha a proposta do Governo, o estudo da FIPE: o aumento da alíquota para 14% implica, em 2019, 340 milhões tirados do bolso do servidor; em 2020, 370 milhões. Só nessa gestão, 700 milhões de reais tirados do bolso do servidor. Vamos para o próximo *slide*.

Vão tirar de 161 mil e 500 servidores. Vão tirar em média, por ano, 2 mil e 100 reais de quem ganha, em média, 5 mil, para, segundo as contas deles, não resolver o problema do Tesouro, porque 340 milhões é 5% de 6 bi, não resolve, resolve 5% de 6 bi, mas penaliza brutalmente os servidores. Não resolve o problema, mas tira dinheiro dos servidores. Mas nós queremos fazer uma proposta alternativa. Prestem atenção, vocês!

Nós precisamos de justiça fiscal na cidade de São Paulo e no país. Os impostos são muito regressivos. A gente não tem o imposto sobre os mais ricos, sobre os banqueiros, sobre aqueles que exploram o povo brasileiro! Esses não pagam impostos, quem paga é a classe média, quem paga são os pobres, e, agora, o funcionalismo sobretaxado! A gente quer fazer para ir para a proposta.

Nós temos 55 mil imóveis na cidade de São Paulo com valor acima de dois milhões

de reais de valor venal, sendo que o valor de mercado é muito maior. Mas vamos pegar o valor venal. Vamos lá para a próxima tabela.

O IPTU vai até 1,5% de alíquota para imóvel até 1 milhão e 200 mil reais. Se a gente criar novas alíquotas para os imóveis dos milionários, desses que estão representados aqui, a gente vai arrecadar 1 bilhão e 200! Um bilhão e 200! E não vai precisar taxar servidor. Não vai precisar! Vai resolver o problema, que eles dizem que resolve com 340 milhões, e ainda sobra dinheiro para a saúde, para a educação. Ainda sobra dinheiro livre, desvinculado, mais de 400 milhões de reais. Então é uma proposta concreta, que tira o peso das costas do servidor e joga o peso nos grandes proprietários, naqueles que têm muito dinheiro e pagam pouco imposto na cidade de São Paulo.

Por último, para acabar...

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO – Por último, é uma proposta para se discutir também.

Eu não vou discutir em detalhe, mas tivemos um forte processo de terceirização no serviço público. Esse processo enfraqueceu a previdência municipal, enfraqueceu o Iprem, e a gente pode diminuir isso se cada contrato de terceirização tiver uma taxa revertida para o Iprem, aí a gente diminui o impacto da terceirização, pelo menos, em relação ao aporte do Iprem. Então são essas as minhas propostas. A gente quer fazer um debate para valer, não um debate de claque de quem vem aqui a mando de grandes empresários. É nada! A culpa é do grande capital financeiro, que explora o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado pela manifestação de vocês. Quero agradecer ao Vereador Antonio Donato.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gente, não vai sair ninguém daqui de dentro. Então, quem está falando, agora... Nós estamos dando preferência para as pessoas que são contra o projeto. Audiência Pública é isto. É trazer elementos, subsídios, para mostrar

para o Vereador, que vai votar no projeto consciente do que vai votar, ou a favor, ou contra. É com isso que vocês estão corroborando.

Então, eu vou passar a palavra ao nobre Vereador Claudio Fonseca e eu já peço... Porque eu quero ouvir as pessoas que se inscreveram... Por favor, venham já ao plenário as Sras. Junéia Martins, Sônia Alves, Carmem Bressane, Ligia Mendes e Marcia de Oliveira. Assim que o Prof. Claudio Fonseca terminar, já começam as pessoas a falar.

Por favor, Prof. Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, nobres Vereadores que compõem a Comissão, outros Vereadores que acompanham esta Audiência Pública, público presente, representantes de entidades e representantes de partidos políticos que aqui estão, este debate, sobre este projeto de lei, não teve início agora. Nós estamos desde 2005 discutindo a atualização do sistema previdenciário do Município de São Paulo.

Assim, foram realizadas duas reformas, a de 1998 e a de 2003, ambas com alto custo para os trabalhadores. Quando se fala em reforma para combate do déficit financeiro ou déficit atuarial, realizam-se essas reformas no sentido de reduzir os direitos e reduzir os benefícios dos trabalhadores, não só dos trabalhadores públicos, mas também dos trabalhadores privados, de tal sorte que nós tivemos a Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Nós tivemos a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que extinguiu paridade, integralidade e aumentou a idade mínima, assim como a de nº 20 também aumentou a idade mínima. Sempre, essas reformas têm transferido o ônus dos ajustes fiscais para o ombro dos assalariados, sejam da iniciativa pública, sejam da iniciativa privada.

Em 2005, aqui, no Município de São Paulo, houve a aprovação de uma lei que dispôs sobre a organização do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo. Os servidores públicos municipais contribuía com 5% para cobertura de pensão e, a partir de 2005, sob o argumento de que o Ipem era deficitário, elevou-se essa contribuição para 11%, diga-se de passagem, uma contribuição que é superior, inclusive, à contribuição

realizada por aqueles trabalhadores que são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – leia-se: INSS. Então, houve um ajuste, lá, no Governo Serra. Os trabalhadores da Prefeitura do Município de São Paulo passaram a ter um confisco de 6% da sua remuneração para a busca do equilíbrio financeiro.

Passados 10 anos, chega à Câmara Municipal o Projeto de Lei 558. Isso foi em 2015, inspirando-se na mesma constituição do Regime de Previdência Complementar ocorrida no Congresso Nacional, com uma lei aprovada em 2012. A lei que veio para cá, a 558, em 2015, visava criar o regime de previdência complementar, fixar o teto de aposentadoria para os servidores públicos igual ao do INSS, mas não elevava a contribuição previdenciária, posto que é dispensável aumentar ainda mais a contribuição dos servidores para a cobertura de despesas com pensão e aposentadoria.

Em 2016, esse projeto foi atualizado em dezembro ainda sem conter uma elevação da alíquota previdenciária. Já no Governo Doria o projeto recebeu um aditivo, não somente tinha a elevação da contribuição para no mínimo 14%, como trazia também nos seus artigos, a suplementação da alíquota previdenciária.

Os servidores públicos, não só os servidores públicos, mas parte da população esteve aqui no mês de fevereiro e março, e milhares de pessoas e deu a oportunidade do governo reconhecer, não só que cometera um confisco sobre os salários dos servidores para reconhecer também que havia erro, tanto do ponto de vista constitucional, legal e haveria um confisco maior ainda do que os 14%.

Se o Governo tivesse atropelado, se não fosse a luta de homens e mulheres que aqui estiveram, o Governo teria aprovado um projeto cheio de inconsistência, inclusive com suplementação de contribuição previdenciária que alcançaria até 19%. Graças a esse pessoal que está na galeria, aqueles que estão na rua, lá fora, os profissionais da saúde, da educação, da habitação que aqui estiveram, as entidades. E o Governo teve de reconhecer que o projeto era carregado de ilegalidade, de inconstitucionalidade.

- Manifestação na galeria.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Por favor, me ouçam...

O Governo Municipal deveria pedir desculpas a todos os servidores públicos por tê-los feito parar suas atividades, virem aqui à Câmara Municipal de São Paulo para poder fazer ele corrigir uma inconsistência jurídica.

Eu vou dizer - com todo o respeito a vocês, agradecer, inclusive a presença de vocês aqui, é a oportunidade de vocês tomarem conhecimento de uma situação que talvez desconheçam – o próprio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, se falou aqui de déficit financeiro e déficit atuarial. O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que pode ser considerado, inclusive pelo Governo...

- Manifestação na galeria.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente eu estou os respeitando, mas eles não estão me respeitando.

- Manifestação na galeria.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Está bem. O Líder do Governo, Vereador João Jorge, presente aqui, Vereador Secretário que está aqui presente.

Falou-se aqui da situação financeira do Município, do déficit financeiro, do déficit atuarial, mas foi uma auditoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, um estudo realizado pelos auditores e convalidado, inclusive, pelos conselheiros...

- Manifestação na galeria.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Não vai ter reforma. Vai ter reforma da educação para ver se vocês aprendem a ter educação, por exemplo, e respeitar a palavra dos outros.

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ele caracteriza, qual a origem suposta desse déficit financeiro? Que é exatamente a diferença entre o que contribui o trabalhador, o servidor, que contribui a patronal, no caso do Tesouro, e aquilo que é necessário para cobrir todas as despesas com pensão e aposentadoria. Eles colocam, deve-se ao período

não contributivo até à publicação da lei municipal, cenário demográfico, que vai sendo alterado, recursos com utilização diversa da Previdência.

Então, me detenho aqui, o Secretário deve saber que, por um longo período, as contribuições dos servidores públicos que deveriam, quando ele se refere a recursos com utilização diversa da previdenciária, por exemplo, concessão de empréstimos, não repasse das contribuições. O Secretário deve saber que as contribuições dos servidores públicos municipais, como dos servidores federais, como dos servidores estaduais, como recurso que deveria ser destinado a pagamento de pensão e aposentadoria foram aplicados muitas vezes no mercado financeiro, os bancos, as financeiras compraram dinheiro barato dos fundos previdenciários e exploraram no mercado financeiro a taxa de juros elevadíssimos. Dinheiro, recursos da previdência, foram mal utilizados com péssimos investimentos em obras e infraestrutura, algumas que nem sequer terminaram. Desvios, roubos, corrupção, utilização indevida do dinheiro e agora querem novamente que os servidores públicos paguem o rombo, o desvio, a corrupção. Não é assim que se resolve.

O Tribunal de Contas também diz aqui que desde 1998 nós não tínhamos fixação de idade mínima. Olha gente, se fixou idade mínima para aposentar. Veja se essa reforma que está sendo discutida aqui está na hora, no lugar e no momento devido. Se propõe uma reforma da previdência nacional, aponta-se que uma professora vai se aposentar com 62 anos, vai aumentar o tempo de contribuição, vai encurtar o tempo de benefício. Os servidores públicos, as professoras, os professores, diretores, pessoal do quadro de apoio da educação vai trabalhar mais, vai contribuir com mais e vai ter a sua alíquota aumentada. Isso não é confisco? É confisco e é crime que se faz contra o servidor público e contra o serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Junéia Martins.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALFREDINHO – Presidente, o que é que esse babaca está falando? Se realmente o senhor quer tirar gente que está desrespeitando Vereador, manda tirar aquele

babaca lá, por favor. Eu estou falando para valer. Tenha autoridade de Presidente e faça o que tem de ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A Presidência vai chamar a atenção do pessoal. Por favor, pessoal. A Presidência sabe como conduzir os trabalhos.

O SR. TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, o senhor está chamando as pessoas já, mas o que está chegando até a mim é que o acordo era para falar dois por entidade. Era o acordo que a Mesa fez de duas pessoas por entidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não houve acordo. Eu não me importo, todos podem querer aparecer, jogar para a plateia, fazer o que quiser.

O SR. ALFREDINHO – O cara está me ameaçando, Sr. Presidente. Aquele que está abraçado com a moça. Eu queria que o senhor tivesse atitude de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não houve ameaça nenhuma aqui não.

A SRA. JUNÉIA MARTINS – Boa tarde, Sr. Presidente, da Comissão de Administração Pública, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, povo do Itaú, companheiros e companheiras, servidores públicos, servidoras públicas municipais da cidade de São Paulo, meu nome é Juneia, sou Assistente Social do Município há 30 anos e quatro meses. Comecei a trabalhar no dia primeiro de março de 1975, aos 16 anos de idade. Tenho, portanto, 43 anos de contribuição ao Sistema de Previdência Social. É bom começar assim para não ter nenhum problema.

Somos contra a esse PL 621, nós do Sindsep. São Paulo é o terceiro maior PIB do país. Quando entrei na Prefeitura, em 1988, éramos 211 servidores e servidoras públicas e em sua maioria já éramos concursados e havia as pessoas que eram admitidas, estáveis e não estáveis. Com a reforma, a Constituição Federal, foi decidido que as pessoas tinham cinco anos para resolverem sua situação de admitidos não estáveis e foram demitidos os trabalhadores que não eram estáveis. E os estáveis ficaram na Prefeitura pagando também a sua parte para a Previdência, o Iprem.

Portanto, todos nós, todos e todas, concursados e admitidos estáveis sempre contribuimos para o caixa do Iprem. Começamos com 5%, em 2005, houve uma reforma como bem lembraram os Vereadores aqui, sem motivo algum e nós passamos a pagar 11% para a Previdência. As alegações do Governo não nos convencem porque falta investimento. Se hoje somos apenas 122 mil servidores públicos, pensem vocês, se os filhos de vocês conseguem creche; se os filhos de vocês conseguem ir para a escola; se os pais de vocês conseguem atendimento na Saúde; se vocês conseguem serviço de habitação nas periferias da Cidade? Porque não tem mais funcionário público.

Então responsabilizar a diminuição do caixa do Iprem aos servidores e servidoras públicas é uma vergonha. Façam concurso público, coloquem as pessoas para atenderem a municipalidade. A taxa progressiva do IPTU às grandes fortunas tem de ser taxadas. O Banco Itaú tem de pagar. Não às terceirizações. Não as OSs. Temos de garantir serviços públicos de qualidade na cidade de São Paulo e não culpar o funcionalismo.

Fora Itaú. Fora o capital financeiro.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – As pessoas que estão usando o microfone estão trazendo argumentos para convencer os Vereadores. Quem vai votar são os Vereadores, às vezes alguém fala: tira o projeto. Aqui é uma audiência pública e não tenho a autoridade de tirar projeto.

Então vamos ouvir todos porque todos que estão inscritos possivelmente são contra o projeto. Então vamos ouvir com atenção de um lado e de outro porque contribui e enriquece muito o projeto. E muitos Vereadores estão indecisos. Não fiquem pensando que já está definido. Então eles vão convencer os Vereadores.

Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Sonia Alves.

A SRA. SONIA ALVES – Boa tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Srs. servidores públicos, Sras. servidoras públicas, no primeiro momento gostaria, Vereador Gilson,

de apresentar o mais veemente protesto em relação a esse modelo de audiência pública. Isso aqui não é uma audiência pública. É um apartheid público, porque na verdade apartou o público do debate público junto aos Vereadores.

Quero dizer que acompanhamos o tempo todo a Comissão de Estudos que aqui ocorreu sobre o Sampaprev. Estivemos presentes nessas cadeiras junto à Comissão e nenhum servidor levantou a voz para Vereador, não agrediu fisicamente. Nós sabemos nos comportar e fazer propostas a respeito daquilo que afeta nossas vidas.

Nos dias que antecederam a discussão da Comissão de Estudos, não tivemos a presença do pessoal do Banco Itaú para aprender o que é uma reforma de previdência. Então, não adianta eles estarem aqui hoje porque eles não contribuíram com a discussão.

Sobre o projeto, gostaria de dizer que o reajuste de 11 para 14%, Sr. Felipe, que foi publicado hoje não foi anexado nenhum estudo atuarial que justifique o aumento dessa alíquota e isso é previsto em lei federal e está no relatório do TCM. Não há nenhum cálculo no projeto justificando o reajuste.

A apresentação do Sr. Felipe em relação à dívida me deixou assustada porque não sabemos que tipo de déficit porque cada vez que nos encontramos um déficit é apresentado. No primeiro momento eram 4,7 bilhões, depois foi 5,1 bilhões e, agora, chegou a oito bilhões. O Secretário Caio Megale disse no debate que, no final de 2018, chegaríamos em 5,1 bi e agora o senhor apresenta oito bi, ou seja, é uma dança de números sem nenhuma justificativa e sem nenhum respaldo. Esses números não se sustentam.

O Artigo 6, do Substitutivo, do Executivo, cria cargos. Os cargos só podem ser criados por projeto de lei e não por decreto do Governo. Isso os Vereadores precisam ficar atentos.

Por fim, só para falar das propostas do Vereador Paulo Frange que não foram consideradas. Por que não coloca o imposto de renda para a previdência?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Carmen Bressane.

A SRA. CARMEN BRESSANE – Boa tarde a todos.

Meu nome é Carmen Bressane. Sou da Auditoria Cidadã da Dívida e gostaria de perguntar aos presentes se sabem o que estamos discutindo aqui hoje porque parece que estamos discutindo sobre um projeto de reforma de previdência que foi publicado no Diário Oficial hoje. Como é possível um problema de previdência que envolve bilhões de valores, que mexe com a vida dos servidores e do serviço público ser publicado hoje, posto em discussão para ser votado qualquer dia desses. Cadê a Comissão de Estudos para isso?

Penso que nem o representante do Governo nem sabe do que estava falando porque a transparência que ele mostrou dizia respeito ao projeto anterior que não está mais e não ao projeto publicado hoje. Ele falou, por exemplo, que se aplicava aos servidores atuais e aos que ingressassem e não é mais isso que está no projeto.

Outra coisa importantíssima que quero que fique registrado: este atual Projeto só fala da previdência complementar. Os anteriores falavam que, criando-se a complementar, havia fontes de recursos previstas para suprir a falta que o dinheiro que iria ingressar ia pagar os antigos do IPREM. O atual projeto não prevê isso. Quer dizer: o servidor começa a recolher até o teto, e como terá dinheiro para pagar aqueles do IPREM? Esse projeto não prevê isso, o que é perigosíssimo.

Qualquer dos projetos já proposto só tira direitos dos servidores, e todos têm uma coisa em comum: um segmento lucra. Este é o segmento financeiro (Palmas) que vai receber os valores para administrar os Fundos e, mais uma vez, é aquele segmento que – pode haver crise no país – só lucra, batendo recordes de lucratividade.

Só pela divulgação de que iria haver uma reforma na previdência o lucro dos bancos subiu barbaridade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Ligia Mendes.

R – Sinto profundamente que um tema dessa proporção seja votado dessa forma.
(Palmas)

A SRA. LIGIA MENDES – Boa tarde a todos e a todas, aos Servidores guerreiros, resistentes do Município. Meu nome é Ligia; sou Servidora da Saúde da zona Leste, da Unidade Popular pelo Socialismo.

Dialogando com a fala anterior, a gente percebe que esse projeto não tem intenção alguma de resolver qualquer problema de previdência nesta Cidade.

Há muitos anos a alíquota aumentou com a justificativa que resolveria o problema do IPREM, e não resolveu. Neste momento, a mesma coisa: aumentar de 11 para 14% dizendo que vão resolver um suposto déficit.

O que vemos aqui é uma tortura dos números até que eles confessem, para justificar o confisco no salário dos Servidores. Aqueles que garantem a manutenção dos direitos públicos. Pode haver gente aqui que não utilize a creche, a escola e a saúde públicas, mas a maioria do povo trabalhador desta cidade utiliza e depende deles (Palmas). E são os Servidores que mantêm esses serviços.

Quanto a gente olha para a cara dos senhores, com o deboche que os senhores olham para gente lá de cima, depois de terem aumentado os próprios salários para 16%, e o aumento do Servidor ficar com 0,01%. Há muitos anos a gente vê: vocês estão rindo da nossa cara (Palmas). Não querem resolver problema nenhum nem o da Cidade, porque o que fizeram? Reduziam o investimento para a Educação e para a Saúde no próximo ano.

Querem resolver o problema do nosso povo? Isso é piada.

O aumento é para vocês. Para nós, é confisco. E para o povo: redução nos investimentos na Saúde, Educação e Segurança. Nosso povo não tem direito mais de enterrar seus mortos. Estão sucateando até os cemitérios desta Cidade. Tudo é lucro. É o que a gente vê aqui: sucateamento dos serviços públicos, com uma justificativa irreal, pois já foi assim, e, agora, de novo.

A gente sabe que temos que discutir, pois como está sabemos que teremos problemas: não tem mais concursos, não há gente entrando, só gente aposentando, e os recursos públicos indo para OS, e crianças morrendo de desnutrição em Guaianases (Palmas), o que não ocorria há muito tempo (Palmas). Está lá a OS nadando no dinheiro para receber, o que muitos aqui defendem, o dinheiro para a Saúde só aumentou, mas quais foram os indicadores de saúde que aumentaram nesta Cidade? Estão aumentando sífilis, AIDS, voltando a desnutrição. Isso não é fazer uma administração decente. Não é confiscando o salário do Servidor que vão resolver. Isso é uma mentira.

E a gente não vai aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

A SRA. LIGIA MENDES – Eu estou com meus 10 segundos ainda.

Os Servidores estão resistindo. E eles têm que retirar esse projeto porque é indecente. É um absurdo. É um ataque aos direitos públicos do povo de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Márcia de Oliveira.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor. Márcia.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Vereador, V.Exa. se lembra de que eu fui lá e falei que não faria uso da palavra? Mas não aguento. Hoje é um triste. Hoje é um dia muito triste para nós servidores. Vou falar sobre oportunidade e oportunismo. Tivemos a oportunidade, nesta Casa, através da Comissão de Estudos, de fazer a diferença sobre a questão da previdência. Nós ficamos aqui todos os dias estudando, junto com uma Bancada aqui, para tentar fazer a diferença, e o que nós tivemos de resposta foi oportunismo. Oportunismo do Governo de colocar três Vereadores que estavam lá no Executivo e agora vêm para votar. Desculpem os Vereadores que vieram. Eles têm mandado, sim; só que eles não participaram de um processo de estudo sequer, mas vêm aqui votar sem saber o que estão votando. Estão votando contra todos os servidores que estão aqui!

Nós temos uma história. Quem faz política pública somos nós, nós implantamos as políticas públicas. Os servidores trabalham lá na ponta, a gente faz isso acontecer. Esta Casa tem responsabilidade, e eu apelo à responsabilidade desta Casa dizendo o seguinte: vieram aqui os especialistas a favor e contra, fizemos propostas, como imposto de renda na fonte. Vêm fazer o fundo para nós: não está no substitutivo. Nada foi colocado no substitutivo, simplesmente ignoraram 20 dias de trabalho desta Comissão, que foi muito bem presidida pela Vereadora. Nós tentamos trabalhar, nós tentamos estudar e fomos desconsiderados, desrespeitados, pois colocaram Vereadores aqui para votar sem eles saberem o que se está votando. Nós estamos tentando crescer, fazer um trabalho. Nós fazemos a implantação da política pública, mas nós também votamos. Srs. Vereadores, em breve estaremos votando, de novo, e estaremos vendo quem foi que colocou essa proposta da previdência para retirar salário! Teremos salário a menos no holerite. Vejam seus holerites hoje e no mês que vem: haverá decréscimo salarial. Decréscimo salarial significa contas sem pagar, porque só temos 0,01% de aumento, e, deixo claro, neste ano nem isso tivemos! Vamos deixar de pagar contas, e me refiro a água, luz, gás!

Não é assim que se trabalha, gente! Queremos respeito! E respeito tem de ser de ambas as partes. O Presidente desta Casa fez uma Comissão, que achamos que seria séria. Senão, eu não estaria todos os dias sentada onde está agora a Vereadora Juliana Cardoso. Eu estava todos os dias ali tentando trabalhar. Fui ao gabinete de cada Vereador para propor; agora, aumentando alíquota não dá! Isso é decréscimo salarial no meu holerite e no dos meus colegas! O Vereador que está aqui presente veio só para votar, não se faz assim! Não se faz assim, Vereador. Nós nos conhecemos, mas me desculpe: vai ter a volta.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Agora, intercalando, tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange, membro da Comissão. E já quero chamar para vir ao plenário para usar a palavra a Sra. Margarida Prado Genofre, o Sr. Breno *Berezovsky*, João D'Amaro, Claudete Alves e José Donizeti. Já podem descer, por favor.

O SR. PAULO FRANGE – Secretário Philippe, nossas posições não são de politicagem; são posições de convicção. Convicção chama-se certeza vivida. Nós não nos influenciámos por boatos. A gente trabalha com a figura...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Meus jovens... Um minutinho, nobre Vereador Paulo Frange. Meus jovens, olha, isso não leva a nada, viu? Por favor. Olha, os lados aqui que se controlem. Está bom? Vamos ouvir todos os Vereadores e os Assessores, o que estão trazendo. Estão trazendo contribuição ao projeto. Por favor... Sei que o objetivo dos senhores aqui é esse: é não só tomar conhecimento, mas trazer subsídio. Por favor...

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor.

O SR. PAULO FRANGE – Vamos discutir então.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Oh, jovem que está aí em pé, jovem, jovem, por favor.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Bom, nós vamos tratar aqui de convicção. Portanto, daquilo que nós aprendemos, ao longo dos seis mandatos que nós temos aqui...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Oh, jovem, jovem, por favor.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal... Não vai levar nada a isso. Calma, calma, calma. Vamos ouvir os companheiros aí que querem falar. O que vale, o que os senhores falam aí...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Eu não quero estar apontando, mas fica

mal. Os senhores são professores, funcionário público. Não fica legal, não fica legal. Eu também sou professor.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, nobre Vereador Gilson Barreto, então nós vamos falar de coisas materiais, de coisas concretas, sem entrar em detalhes de discussões que são atípicas do processo.

Primeiro, Sr. Secretário Phillippe, quero fazer coro aqui à fala da Sra. Sônia e de outras pessoas. O artigo 6º, diz que fica o Poder Executivo, por intermédio de estatuto, definir a estrutura organizacional do SampaPrev, atribuições dos dirigentes, conselheiros, criar quadros. Para nós, legisladores, é um tiro no pé quem for votar. Isso aqui é um cheque em branco, que tira as atribuições do Legislativo de produzir o quadro por lei. Nós não podemos passar para o Executivo, ainda mais lá no Ipem, para poder produzir quadros, contratar comissionado, demitir e admitir. Nós temos que assumir a responsabilidade como legisladores. Esta Casa nunca esteve tão de joelho quanto está aqui.

Sr. Phillippe, eu estou aqui há 22 anos. A Câmara acabou. Não há mais critério, não há mais nenhuma qualidade no debate de responsabilidade do Legislativo. Nós não podemos permitir, escrever um texto que deixa para eles criar os cargos, conduzir como quiser. Não pode. É atribuição nossa ou então delegamos tudo. Nós já estamos com tudo terceirizado, tudo terceirizado. É uma coisa impressionante: Saúde terceirizam; educação, terceiram. Tudo terceiram. Nada é nosso mais. Então, nós, Legislativo, não podemos terceirizar a nossa atividade para decretos.

Então, eu gostaria, Sr. Secretário Phillippe, de, nesse texto, os Vereadores pudessem ter a oportunidade de fazer uma transformação nele, para que essas atribuições sejam do Legislativo, para que o Executivo possa sancionar ou não, mas nós não podemos permitir que isso aconteça dessa forma.

A outra situação que me preocupa muito são os poderes que nós estamos deixando

na mão da gestão de tudo isso. Não há segurança na gestão e na governança desse dinheiro que é tudo com B de bilhões.

Então, Secretário, volto a chamar a atenção para essa matéria do Jornal Nacional: “Polícia Federal investiga fraude da Previdência Municipal em 28 Prefeituras. Do Consultor Jurídico: “Executivos de fundo de pensão são alvo de mandados de prisão temporária”. “A Polícia Federal deflagrou, nesta sexta-feira, uma operação em seis Estados e no Distrito Federal”. Prenderam gente da Previdência. “Polícia Federal prende o Prefeito de Cabo”. Não é uma cidadezinha; nós todos já estivemos lá, é uma estrutura hoteleira gigante. A Previdência vai para lá e vai embora. “Fusão dos fundos previdência garante pagamento de salários em dia”. Aí passam a pegar dinheiro dos salários da Previdência. O Paulo Maluf tirou 500 milhões emprestados da Previdência, com uma inflação de 950% e devolveu, em dezembro, 500 mil. Roubou a Previdência e ninguém fez nada!

—
- Manifestações nas galerias.

O SR. PAULO FRANGE – Lá na gestão Paulo Maluf. Peguem aquele dinheiro e atualizem para ver o quanto estamos devendo aos servidores.

“Governo do Distrito Federal volta a tirar dinheiro do Instituto de Previdência”. “Reforma da Previdência na mira da Justiça”. “Polícia Federal deflagra operação para investigar fraudes” e mais as confusões recentes que aconteceram aqui do lado, em Jundiaí. Está chegando na gente.

Aliás, eu disse da outra vez e vou repetir, Secretário Filipe: há muita gente andando na Câmara no mês de dezembro, que nunca veio aqui, tem muita gente de olho no que está sendo criado, tem muita gente desesperada com isso. Quem vai ganhar é o sistema financeiro. Gente, funciona assim: o funcionário de gerência para lá ganha daquilo que é resultado da aplicação. Quando estiver por lá, quem vai ganhar são os banqueiros. Esse é o sistema financeiro.

A minha preocupação, portanto, era colocar bem claramente a vedação de qualquer tipo de investimento de título em organização que não esteja com *compliance* ou conforme. No mínimo.

Há mais três situações. A situação da pensão por morte. Nós falamos com V.Exa. Aqui nós temos servidores de toda natureza; fui até injusto. Eu tinha dito que o servidor da Guarda Civil Metropolitana não deveria participar da regra federal em que a pensão vitalícia da viúva está atrelada à lei federal e que se ela estiver menos de 21 anos, o cônjuge só terá três anos de pensão; de 21 a 26, seis anos; de 27 a 29, dez anos; de 30 a 40, só quinze anos de pensão e só partir dos 44 a vitalícia, para que aquele servidor da Guarda Civil Metropolitana que morrer em serviço, indo ou vindo do serviço, o ou a cônjuge a pensão vitalícia. Estou pedindo aqui, Sr. Secretário, que estenda a todos os senhores funcionários públicos, porque médico tem morrido em Unidade Básica de Saúde, professor também, indo e vindo. Por isso, temos que estender para todos os servidores municipais que morrerem na atividade, indo ou vindo. O artigo 30, como V.Exa. disse muito bem, contempla em parte, mas não a morte com pensão vitalícia, reproduz a tabela do Governo Federal. Falta, portanto, a questão da morte. Gostaria muito que V.Exa. incluísse, o que nos ajudaria muito.

Propusemos a inclusão nesse fundo do dinheiro do imposto de renda. Tiramos dos servidores 2,1 bilhões por ano de imposto de renda, que tramita contabilmente para o Governo Federal, vai para um fundo e depois vem para o fundo de participação do Município, e as capitais só têm 10% e nós ficamos com 224 milhões. Esse dinheiro pode vir para cá.

Por fim, para não alongar muito, o reajuste daqueles que não têm paridade. Muita gente foi aposentada sem paridade com a função e está muito distante da realidade. É uma injustiça, é uma incoerência. Já que vamos aportar recursos agora, vamos contemplar esses que não tiveram esse tipo de benefício, que participem agora deste momento, uma vez que há chance de poder equalizar parte dessa diferença.

Vou voltar depois, porque algumas das falas aqui fazem parte da nossa discussão e foi muito menos de um mês.

Faço coro ao que foi dito aqui: é uma pena, porque tivemos oportunidade de fazer um belíssimo projeto. Terminei dizendo que, de todos os projetos que tivemos aqui, este é o pior.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Com a palavra a Sra. Margarida.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor. Os Vereadores estão acostumados a ouvir as pessoas falarem, mas para as pessoas convidadas para falar, por favor, eu quero respeito.

D. Margarida, por favor.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE - Boa tarde Srs. Vereadores, boa tarde colegas sindicalistas que estão na galeria, boa tarde para a outra parte do público que também está aí.

Quero dizer que esse PL teve uma tramitação absolutamente estapafúrdia, nesta Casa. Primeiro porque ele veio para cá, na gestão Haddad, sem qualquer discussão com as entidades representativas, sendo que nós temos um sistema de negociação permanente instalado no Governo Municipal. Não foi negociado.

O Governo Haddad retirou, mas, no apagar das luzes, de 2016, retornou o projeto aqui em desacordo com tudo o que foi negociado. Muito bem. No final do ano de 2016, o PL recebeu um aditivo da gestão Doria que trazia, no seu bojo, uma série de inconstitucionalidades.

O conjunto das entidades, e a Aprofem, da qual sou vice-presidente, elaboraram estudos, mostraram as razões pelas quais nós sempre fomos contrários a esse projeto. Com razões, com os pontos de inconstitucionalidades, de ilegalidades, de problemas com os

estudos apresentados para embasar a decisão. Entretanto, este Governo mantém a sua decisão em querer aprovar isso a qualquer custo.

Instalada a comissão de estudos, ela teve méritos sim de discutir a questão, de analisar, ouvir especialistas, teve mérito sim. Pena que ela foi atropelada, no seu final, ferozmente, pelo próprio Governo.

O Sr. Relator não participou da última reunião porque estava lá, junto com o Governo, elaborando o seu relatório, sem ouvir o último convidado, Dr. Raul Velloso, que não nos favorece, mas nem ele foi ouvido.

Trazer um PL que foi bastante modificado do original - também não sei se é esse o PL que vai ser votado, a gente fica sempre na dúvida -, mas um PL que ainda insiste no confisco de 3% do salário dos servidores continua sendo um absurdo, porque os estudos que embasaram essa decisão não são consistentes. Foi demonstrado aqui pelos técnicos desta Casa e pelo Tribunal de Contas que eles não têm razão de ser.

Isso representa, como eu já disse na Comissão de Estudos, o equivalente a 300 anos da revisão geral anual que nos tem sido oferecida da ordem de um centésimo por cento. São 300 anos, gente! Esse PL não serve.

Nós queremos que esse PL seja retirado para que possamos discutir com tranquilidade,...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Margarida.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE - ...construir uma proposta que possa ser de consenso.

Para concluir. Criar um Sampaprev nas condições que estão aí seria uma vergonha para esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Margarida. Breno, por favor.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE - ...aprovar esse PL.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Margarida.

Breno Berezovisk.

O SR. BRENO BEREZOVIK - Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, pessoal.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pois, não.

Pessoal, eles estão trazendo tanta contribuição tão importante. Vamos ouvir, por favor.

O SR. BRENO BEREZOVIK - Obrigado, Presidente. Muito bem. A questão é a seguinte: meus antecessores expuseram muito bem qual é a nossa preocupação, muito além da questão, inclusive, das nossas contribuições que já foram feitas desde o nosso primeiro dia de trabalho. Após termos prestado um concurso e tomado posse estamos pagando desde o início. Nós não somos inadimplentes em nenhum momento. Agora, fomos chamados de...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor.

O SR. BRENO BEREZOVIK – Eu vou ganhar mais tempo enquanto estiver essa bagunça, vou pedir mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gente, vamos ouvir os oradores. Por favor.

O SR. BRENO BEREZOVIK– Como já comentaram alguns antecessores e alguns Vereadores, inclusive o Vereador Claudio Fonseca, nós, em 2007, passamos a contribuir com uma alíquota já maior. Quando não se falava em alíquotas maiores em lugar nenhum deste país. Agora, mais uma vez, vemos que, todas as vezes somos chamados a pagar uma conta que não nos pertence. E, por fim, nunca dá certo.

Nós acabamos desconfiando dessas contas. Não é à toa que nós estamos reclamando do processo deste estudo do projeto da previdência, já que nada foi contemplado. Como já disse, não ficamos aqui perdendo tempo. Achamos que estávamos investindo e contribuindo para a construção de um PL razoável, mas estamos vendo que isso não

aconteceu, infelizmente.

Hoje dá para perceber que mais do que um projeto para saneamento de qualquer questão, que não é da previdência do município, é um projeto que atende alguns interesses que não são dos servidores e muito menos da sociedade de São Paulo, porque quando se aviltam os parques salários que nós recebemos, nós acabamos pensando que estamos ajudando, fazendo o jogo para agradar a sociedade e, na verdade, estão cometendo um grande equívoco. A sociedade não é mais tola – se é que algum dia foi, ou foi mais tolerante. Hoje não é mais. A sociedade já percebeu esse tipo de atitude de aviltar salário de funcionários públicos que cotidianamente suportam os problemas daqueles mais necessitados e estão sendo prejudicados.

Então, temos o apoio da sociedade porque sabem que não temos política salarial e agora estamos sendo espoliados mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – -Muito obrigado.

Sr. João D’Amaro. Em seguida, Claudete.

O SR. JOÃO D’AMARO – Boa tarde a todos os presentes. Vereadores, assistentes. Serei breve porque a explicação é muito tranquila. Este projeto, como qualquer um, não tem uma base de sustentação que explique.

A questão do rombo que alegam...

O SR.PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor.

O SR. JOÃO D’AMARO – A questão do rombo que se pretende alegar, por a culpa nos funcionários, não se sustenta. Como já foi demonstrado aqui, tanto a questão previdenciária- aposentadorias e salário do pessoal da ativa – não excede 35% do orçamento. É o percentual mais baixo do Brasil. A folha de pagamento da Prefeitura de São Paulo é a menor do Brasil em termos percentuais. Aqui está tudo sendo feito justinho em cima dos funcionários há mais de 15 anos. Há 15 anos que é 0,01% de reajuste. O orçamento era 14 bi, agora é 55 bilhões. Como a Prefeitura não tem dinheiro? Eu vou explicar, porque vocês

também estão sendo enganados. Dizem que a Prefeitura não tem dinheiro. A Prefeitura tem muito dinheiro, 55 bilhões. A folha de pagamento é 36%, incluindo aposentados.

Então, o que acontece no investimento do serviço público é mais gestão dos governantes que passaram nos últimos 10 anos pela Cidade. Funcionário está aqui para atender a população. E atende muito bem, há muitos anos. E não ganha, e não é reajustado. Está certo isso? E agora vem confisco de salário em cima dos funcionários. Nós funcionários é que atendemos a população. Nós não podemos ser injustiçados dessa forma, não. Esse projeto não se sustenta. Nós temos primeiro que verificar quem são os grandes devedores da previdência. São as grandes empresas, e não funcionários.

Pessoal, eu peço que se retire esse projeto para rever esses conceitos que estão errados.

Obrigado.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, próximo, Claudete Alves, ex-vereadora desta Casa. Por favor, Claudete, em deferência à ex-vereadora, use a tribuna, por favor.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Boa tarde. Sr. Presidente, antes de iniciar minha fala, quero propor o seguinte: seguindo o regimento, se eu for interrompida, quero que seja descontado o tempo.

Quero cumprimentar os milhares de servidores que estão lá fora, os que estão aqui no plenário.

Eu quero falar de um lugar privilegiado no universo de milhões de cidadãos paulistanos. Eu tive o privilégio de ser vereadora desta cidade por dois mandatos. Hoje eu estou aqui, em que pese... Falar também como professora, servidora de carreira, eu quero falar também na condição de quem conhece os bastidores desta Casa. Quero dizer aos nobres colegas, ex-colegas vereadores, que nossa passagem pelo parlamento nos dá ônus e bônus.

Por exemplo, eu e muitos dos senhores temos uma série de processos nas costas, oriundos de votações que fizemos neste plenário, por acordo, não é, Paulo? O Paulo Frange responde processo comigo, e outros, por projetos que nós votamos nesta Casa.

Durante todo esse processo da semicomissão, mesmo os convidados do governo passaram aqui e disseram que é possível ter problemas legais, que não é confiável por vários aspectos, essa proposta. O Vereador Paulo Frange discorreu aqui sobre uma série de municípios e estados que viraram manchete de páginas policiais por terem implementado essa proposta que querem fazer aqui.

Eu vou pedir desconto.

Então, Sr. Presidente, colegas vereadores, eu queria que vocês entendessem que o que poderá ser decidido hoje aqui significa afetar a vida de milhares de servidores públicos, e, sem eles, as políticas públicas desta cidade não são executadas. Se nós votarmos em algo temerário como esse projeto confiscatório, inconstitucional sob vários aspectos, os senhores correm o risco de responder processo. Portanto eu peço aos senhores...

Eu fui interrompida duas vezes.

Eu peço aos senhores que remetam a discussão depois da reforma da previdência, porque servidor não vai dar dinheiro para o Itaú. E sobretaxem as grandes fortunas e não tirem nas costas dos servidores. Fora, banqueiros! Fora, urubus gananciosos do dinheiro dos servidores públicos.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Vereadora.

Próximo, José Donizete.

O SR. JOSÉ DONIZETE – Boa tarde, Vereador Gilson Barreto, a quem eu cumprimento...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Galera, galera, por favor. Tem o colega

que está trazendo boas contribuições. Por favor, vamos ouvi-lo.

O SR. JOSÉ DONIZETE – Cumprimento o Vereador Gilson Barreto, cumprimento todos os vereadores, cumprimentar os companheiros, bravos lutadores contra a reforma e o confisco da cidade de São Paulo. E dizer claramente, é estranho, porque nacionalmente há um debate sobre a reforma federal da previdência. Estranho, por qual razão? Porque no âmbito federal, dizer para os companheiros e trabalhadores também, lá é 65 anos para todos, homens e mulheres, aumento da contribuição previdenciária no âmbito nacional. A reforma que Temer não conseguiu passar e Bolsonaro fará de tudo para passar.

Então, é estranho que esta Casa, sabendo que o debate constitucional da reforma nacional está em pauta, que esta Casa resolva confiscar 3% do salário dos servidores públicos municipais. Vou dizer claramente, os funcionários públicos da saúde, aqueles que estão nos rincões desta cidade, nos postos de saúde, aplicando vacinas para combater as epidemias, aqueles que estão dia a dia trabalhando nos postos de saúde, porque os Mais Médicos foi cortado pelo Bolsonaro. Nesta cidade, a saúde é feita pelos servidores. É nos rincões desta cidade que os servidores atendem a população.

Eu queria perguntar, Srs. Vereadores, com todo respeito, se os Srs. Vereadores aguentariam trabalhar com 35 crianças do ensino fundamental? Se os vereadores conseguiriam trabalhar no CEU de educação infantil chamado de creche, com 24 crianças? Com confisco salarial monstruoso, na casa de 3%, já que os servidores públicos não têm reajuste salarial, só tem 0,01% há mais de 15 anos. Portanto, 3% a mais para ao Sampaprev, para o Iprem, é confisco salarial. E o Sinpeem diz com todas as letras: nós não aceitamos nenhum centavo a mais de contribuição previdenciária, porque somos nós, trabalhadores da educação, profissionais da saúde, profissionais da administração, do serviço funerário, das ambulâncias, dos hospitais da Cidade, que garantem a todos, esquerda e direita, o serviço público de qualidade.

E quando esta Casa, insensivelmente pode aumentar, tem 3%, desconsidera a

Constituição federal que está sendo debatida, a reforma nacional. Então, peço, considerem a reforma nacional primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereadora Sâmia Bomfim. Por favor, três minutos regimentais.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores, todos que nos acompanham da galeria e também através da TV Câmara.

Primeiro, gostaria de dizer o quanto é vergonhoso e constrangedor que esta suposta audiência pública esteja acontecendo neste espaço. Todos sabemos que uma audiência pública, inclusive do ponto de vista regimental, deve ser um espaço em que a população possa entrar, se apresentar, falar, ser ouvida e debater o projeto. Não se trata disso, especialmente porque se vocês observarem à minha esquerda, existe uma coluna de pessoas que foram colocadas por uma determinada vereadora aqui dentro, que é a Vereadora Janaína Lima, do NOVO. Inclusive, temos um vídeo que comprova o momento em que ela priorizou entregar as fichas para os militantes do NOVO, enquanto existem servidores que dedicam a sua vida, que acordam cedo, que recebem um péssimo salário, que há anos têm um reajuste vergonhoso de 0,01%, que vieram aqui para serem escutados e poderem falar. E vocês que não têm vergonha na cara, que são pagos para estar aqui, vêm aqui querer passar na frente de trabalhadores que garantem o funcionamento desta cidade. Vocês são uns covardes, junto com todos aqueles vereadores que votam o aumento do próprio salário, enquanto quer descontar do trabalhador que garante o funcionamento desta cidade.

Estou falando desta forma, porque cansei desse cinismo de vereador ou de governo que vem aqui dizer que é para ter dinheiro para a saúde e educação. Vocês já olharam a proposta de orçamento que o prefeito está apresentando para a Cidade? Corta da saúde, corta da educação, mas garante dinheiro para as áreas que os Srs. Vereadores e o prefeito têm negócios nesta cidade. E é disso que se trata este projeto. É garantir negócios da elite econômica e da elite política desavergonhada que massacra os trabalhadores enquanto

querem encher os bolsos de lucro.

Não sei se vocês observaram o projeto de lei, o substitutivo que foi apresentado, aliás, duvido que a maioria dos Vereadores que se diz favorável tenham lido do que trata o projeto! Ele não supre o suposto rombo do Iprem. Aliás, não há rombo no Iprem, o que há é um projeto planejado pelo poder público, que não faz concurso público, não convoca aprovados em concurso público nem sequer faz contratação, optou por um modelo de terceirização, de contratação indireta e agora vem aqui dizer: a conta não fecha! Se a conta não fecha a irresponsabilidade é daqueles que agora querem colocar sobre as costas dos trabalhadores!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Ainda não conclui. Também já ouvi muitos dizerem que trabalhadores são marajás...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Vocês respeitem a palavra de uma mulher eleita! Vocês não são ninguém pra vim aqui me ofender! Estou no meu local de trabalho! Respeitem a minha palavra, este é o meu local de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereadora, Vereadora...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Se vocês não têm trabalho, o problema é de vocês, estou aqui trabalhando, fazendo o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos respeitar o tempo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Eu fui desrespeitada pela galeria, fui interrompida, vou seguir a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O próximo a falar é o Vereador Alfredinho, por favor...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Seguindo a minha fala porque ainda não terminei, não terminei, fui interrompida pelos militantes contratados pela Vereadora Janaína Lima, e vou seguir com a minha fala, sim senhor!

- Manifestação na galeria.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Enquanto os servidores são chamados de marajás, são servidores que entram no serviço público ganhando 1.600 reais, esta Câmara já aprovou, enquanto estive aqui, duas vezes reajuste do próprio salário, outro elemento vergonhoso que precisa ser registrado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereadora, Vereadora... Não quero ser indelicado com V.Exa. Muito obrigado...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Secretários, que nunca atuaram como Vereadores, sendo exonerados pra conseguir maioria e aprovar esse projeto. Eu teria vergonha de ser qualquer um de vocês, que nunca trabalharam aqui pela Cidade e vem aqui pra votar uma maldade contra os servidores.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Vereadora...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Não me interessa, não sei o que está sendo negociado para os Vereadores serem convencidos a aprovar esse projeto. Mas se aprovarem, as urnas deram o recado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Aqueles que foram favoráveis em março ao projeto, não foram eleitos e nunca mais serão eleitos Vereadores porque são traidores do povo brasileiro, só querem encher os bolsos dos banqueiros, defender seus próprios negócios. Eu teria vergonha de ser qualquer um de vocês! Vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereadora, por favor, respeite, V.Exa. é uma Vereadora...

- Tumulto.

- Manifestações concomitantes.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Teria vergonha, eu teria vergonha! Você que nunca trabalhou!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, muito obrigado!

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Próximo orador, Vereador Alfredinho.

- Falas concomitantes.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Aqui tem um moleque que nunca trabalhou na vida querendo arrancar salário de servidor! Um moleque, moleque que nunca trabalhou!

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereador Alfredinho, por favor. Problema de Vereador...

- Tumulto.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reabertos os trabalhos. Essa diferença entre Vereador é natural. Daqui a pouco, vão tomar um cafezinho e fica tudo em casa. Não pensem que, passando os portões, vão se esbofetear. Fiquem tranquilos.

Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, quero parabenizar todos os funcionários públicos presentes, aqui dentro e lá fora; pedir para os que estão aqui dentro que se respeitem, que são todos servidores que servem a população de São Paulo; parabenizar o meu companheiro, o Vereador Antonio Donato.

- Tumulto na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, respeite os Vereadores. Todos foram eleitos por vocês para representar São Paulo. Então, está garantida a palavra ao Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Quero parabenizar o nobre Vereador Donato pela brilhante

explicação mostrando os números, desmontando os números apresentados pelo Governo. Está claro, evidente, que o grande problema da previdência municipal é a terceirização, que reduziu drasticamente o número de servidor público. No passado o cálculo era: para cada três servidores da ativa, tinha um aposentado. Está claro que é possível cobrir o tal do “rombo” que eles falam que tem na previdência com as alternativas mostradas pelo Vereador Donato aqui, como taxar o Banco Itaú, cujos membros estão sendo pagos para agredir servidor público aqui.

A alternativa é taxar as grandes fortunas que não pagam imposto, porque colocam o dinheiro no paraíso fiscal, roubando o povo brasileiro. Alternativa tem, mas o problema é que toda reforma que há nesse país não é para ajudar a classe trabalhadora, os que mais precisam, é sempre para prejudicar os trabalhadores. Ninguém quer discutir aqui a aposentadoria daqueles que ganham R\$ 60.000,00, R\$ 70.000, R\$ 80.000, que é o grande problema dos déficits da previdência. Esse é o grande debate que temos que fazer aqui.

É muito fácil tirar direito de trabalhadores. É muito fácil aumentar a alíquota da contribuição dos trabalhadores, em nome de um suposto rombo da previdência. Por isso, no dia de hoje, foram apresentadas alternativas que são possíveis de serem feitas. E espero que os meus amigos Vereadores não tenham a coragem de fazer a maldade aos trabalhadores do serviço público em pleno Natal, em pleno Ano-Novo, na calada do Ano-Novo! Chamo a atenção dos meus amigos Vereadores para que não façam essa maldade aos trabalhadores do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, meu amigo!

Próximos a falar. Por favor, podem comparecer.

Diogo da Luz, Felipe Torres, Luís Carlos, Maria Benedito de Castro e Cássio Vieira.

O SR. DIOGO DA LUZ – Muito boa tarde a todos da galeria, a todos do plenário e a todos os membros da Mesa, Srs. Vereadores.

Muito se falou aqui do confisco do dinheiro do servidor público para fazer o pagamento da previdência do servidor público. O servidor público merece muito respeito, mas é

preciso lembrar que o cidadão paulistano também merece muito respeito. O confisco é tirar o dinheiro do IPTU, do morador da cidade, do contribuinte, para destinar, como transferência de renda (?), a outros. Se é confisco tirar do trabalhador para devolver ao trabalhador, imagine o que é tirar do eleitor, do contribuinte, para dar a outra pessoa. É muito mais confisco, é muito mais que isso. Todo o IPTU desta cidade está comprometido com o pagamento de aposentadorias. Nós não queremos fazer desta cidade um caos como o Rio de Janeiro. Nós precisamos ter nesta cidade equilíbrio nas finanças e respeito ao contribuinte e ao eleitor. É preciso ter respeito com o servidor, e o servido precisa respeitar o eleitor.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, esperem aí. Aí, não. Todo mundo que falou até agora praticamente falou contra o projeto, então tem que respeitar. Por favor.

O SR. DIOGO DA LUZ – E o contribuinte tem que ser respeitado. As pessoas que estão aqui tem que respeitar as demais. É importantíssimo isso.

O eleitor mudou muito, ele mostrou, neste ano de 2018, que ele sabe muito bem quem o engana e quem não o engana. Ele mostrou nas urnas que ele soube fazer uma boa reforma, e fará muito mais reformas ainda. E eu tenho absoluta convicção, Srs. Vereadores, que o eleitor saberá, daqui a dois anos, reconhecer muito bem aqueles que respeitam o dinheiro do contribuinte e fazem as contas corretas, fazem com que o orçamento possa fechar. Tenho absolutamente convicção que eles saberão lhes dar a resposta em 2020.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que eu sinto muita vergonha de ver que nesta Casa tem uma vergonha eleita que se manifesta contra a galeria, contra cidadãos que aí estão, dizendo que eles são ninguém. O cidadão não é ninguém, não existe cidadão melhor que outro, e uma vereadora não é melhor que o cidadão. Acho uma ofensa o que ela fez com o cidadão paulistano, e ela deveria se retratar. Fico envergonhado de ver o que disse a Vereadora Sâmia. Essa é a minha opinião.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Olha, eu também quero que os Srs. Vereadores respeitem os oradoras, sejam contra ou a favor. Isso, partindo de Vereador, não vou aceitar. Por favor!

Vereadores, por favor, V.Exas. têm que dar o exemplo.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli,

O SR. TONINHO VESPOLI – Queria cumprimentar todos os servidores públicos que estão vindo aqui para lutar por serviço público de qualidade!

Queria entregar para o Secretário que está representando o Governo um abaixo-assinado da sociedade civil em apoio aos servidores públicos municipais.

- Manifestação na galeria.

O SR. TONINHO VESPOLI – Isto aqui é um teatro. Isto aqui é uma farsa. Foi uma farsa, também, essa comissão de estudos, que era para durar 120 dias e nem durou 30 dias, como foi aprovado. Durou 22 dias. Eu tenho certeza de que o relatório aqui apresentado nem veio na mão do Relator. Com certeza, veio na mão do Governo, porque esta Comissão só serviu para respaldar o estabelecido pelo Governo.

Por que temer o debate? Por que não fazer 120 dias da comissão de debates? Porque a Câmara, aqui, está a serviço dos negócios e do capital financeiro. Este pessoal que está aqui com certeza está ganhando um dinheiro do banco Itaú, porque nós temos vídeos da Vereadora Janaína Lima colocando vocês todos para dentro, lá na garagem desta Câmara Municipal. É muito bonito isso, Vereadora.

Aqui não se discute, por exemplo. O negócio aqui é a terceirização. O negócio aqui é a privatização. O negócio aqui é o Estado mínimo, porque, se quisessem resolver o problema da Previdência, bastava contratar servidor público para aumentar a base de arrecadação, mas, como os negócios do capital exigem que tudo tenha de ser terceirizado, é isso o que eles estão fazendo aqui.

Eu fico muito chateado de ver, aqui, Vereadores e Vereadoras, pelos quais tenho o maior respeito, mas que vão, aos poucos, compactuando com isso. Muitos Vereadores, aqui, estão sendo ameaçados pelo Governo. É por base de ameaça que estão tentando passar esse projeto nefasto, que confiscou o salário dos servidores públicos.

Esta é a Casa Legislativa mais importante da América Latina. Não dá para tratar as coisas desse jeito. Não dá para tratar as coisas por base de ameaça. Não dá para tratar por esses dados totalmente mentirosos que o Governo traz. Falam que vai haver reposição salarial de 6% aos servidores. Há quantos anos vocês já estão com 0,01? Cadê os 6% de vocês todo ano? Esses dados são todos mentirosos. Não dá para tratar a Câmara Municipal assim, com esses dados mentirosos, como se nós fôssemos subservientes a isso.

Mais ainda, Vereador Fernando Holiday: só sendo um moleque, mesmo, para se submeter a isso que V.Exa. se submeteu aqui, na Câmara Municipal, junto com o Governo. Depois, vem falar que é contra o sistema. V.Exa. está mais amparado no sistema, aqui, nesta Casa, do que qualquer Vereador.

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli. Combativo Vereador, muito obrigado. O próximo inscrito é o Sr. Felipe Torres.

O SR. TONINHO VESPOLI – Largue de ser hipócrita, do jeito que é. Vereador Fernando Holiday, o seu projeto é lixo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – É isso aí, Vereador! Esse é o Vereador Toninho Vespoli que eu conheço. Vamos lá!

O próximo inscrito é o Sr. Felipe Torres. Mande o seu recado, aí. Depois dele, os próximos serão: Luis Carlos Guilard, Maria Benedito de Castro, Cássio Vieira, Angélica dos Santos. Já podem chegar para cá. Por favor, Sr. Felipe.

- Manifestação na galeria.

O SR. FELIPE TORRES – Você quer falar? Desça aqui e fale. Pare de gritar, desça

aqui e fale. Você só sabe gritar. Vocês só sabem gritar. Desçam aqui e falem. Vocês entraram de contrabando, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Meu compadre, os convidados, aqui, são da Casa. Por favor.

O SR. FELIPE TORRES – Mostre que você tem coragem. Venha aqui e fale.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sr. Felipe, vamos ao assunto. Mande seu recado. Muito obrigado.

O SR. FELIPE TORRES – Boa tarde a todos. Antes de qualquer coisa, quero fazer o meu protesto. Tenho 29 anos de trabalho na Prefeitura e vou falar, aqui, para o representante do Governo. O Governo mente quando diz que o servidor paga só 11% da sua aposentadoria. Vou falar para vocês, para vocês entenderem o que é aposentadoria do servidor. O servidor paga 11%, ele recebe 22% da contrapartida patronal, que é dele - direito constitucional -, e mais sobre toda a sua remuneração ele paga todo o imposto de renda que é devolvido para a Prefeitura. O imposto de renda do servidor equivale a mais de 80% da contrapartida da Prefeitura.

E aí depois de 30 anos de trabalho, a gente vem aqui, a gente, que entrou pela porta da frente, vem aqui e tem de escutar que é vagabundo por vereador irresponsável, que viola a moralidade desta Casa, e que põe gente aqui pela porta dos fundos. E é preciso que se dê nome aos bois. Isso é responsabilidade da Vereadora Janaína que até agora não se pronunciou a respeito.

Agora, o pouco tempo que nos resta aqui, a gente esteve a todo o momento à disposição para fazer o debate com o Governo, para mostrar todas as mentiras do Governo, para mostrar que não tem déficit, porque temos uma lei salarial que não nos permite gastar mais do que 40%, por exemplo. A gente ficou todo o tempo aqui tentando fazer isso e a prática, o método do Governo foi a mentira. E esse processo agora, eles querem encerrar da forma mais imoral possível. Pois, eu acho importante deixar em alto e bom tom aqui, não pensem,

não pensem que o fato de os senhores estarem votando premeditadamente esse projeto na época das férias, vai liberá-los.

Vou terminar. Esse será um dos episódios, isso vale para o senhor, inclusive, Presidente, será um dos episódios mais vergonhosos da história desta Casa. Uma das maiores prova de covardia. Eles são covardes.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Felipe.

O SR. FELIPE TORRES - Têm medo de enfrentar cem mil na rua. E é por isso que querem votar nas férias.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Felipe. Muito obrigado pela sua contribuição.

O SR. FELIPE TORRES - Mas se votar, os senhores não voltarão.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Luiz Carlos Guilard.

O SR. LUIZ CARLOS GUILARD – Boa tarde. Sou da Sinesp, Sindicato dos gestores do Município. Somos contra esse projeto.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, há um orador. Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS GUILARD – Como foi dito na comissão de estudos, esse é o pior projeto apresentado em termos de Previdência, em termos fiscais, de governança, estudos atuariais. Quero colocar para vocês a minha indignação, porque tenho estado diariamente nesta Casa e algumas situações.

A Comissão de Estudos, a votação do relatório foi uma manobra, uma farsa. O Governo quis trocar membros porque se posicionaram contrário. Eu enalteço os quatro votos contrários daquela comissão. Essa comissão foi presidida pelo partido laranja, o Partido NOVO presidiu essa comissão, foi uma farsa. Segundo item: estive na Comissão de Administração Pública. Esse Governo, que quer tirar 3% nosso, está dando o Anhembi por 700 milhões à iniciativa privada sendo que vale mais de 10 bilhões, segundo o Vereador Donato. Terceiro:

duas situações no colégio de líderes desta semana. Primeiro, todos os Vereadores descontentes com esse Executivo que atropela seus projetos. Segundo, quero ler, socializar a fala do nobre Natalini na Comissão de Líderes: “Esta Câmara não tem credibilidade. Esteve a reboque do Executivo. Perdeu o bonde da história. Esse ano se apequenou.”

Então eu peço aos Vereadores que honram os seus mandatos, dado pelo cidadão paulistano, não a esse projeto de Previdência Municipal.

Obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Maria Benedita de Castro.

A SRA. MARIA BENEDITA DE CASTRO – Boa tarde a todos. Gostaria de reafirmar a posição do sindicato que eu represento aqui, que é o Sinesp. Trago do Sinesp uma posição firme que é retira este projeto. Não podemos dar um cheque em branco para o governo. Quando você pega o projeto substitutivo a primeira coisa que nos interessa é ver qual é o plano de benefícios. O que é que ele está oferecendo para o servidor. Mas o que é que tem lá, vai constar em regulamento. É projeto conceição, ninguém sabe, ninguém viu. Não há condições de um servidor em sã consciência aceitar um projeto desses.

Nós não temos só o Prefeito e Câmara Municipal e alguns Vereadores contra a gente. Ontem o Ipeia fez um pronunciamento, teve resultado de uma pesquisa onde ficou claro que o aposentado vive mais do que deveria. Em quinze anos ele está onerando os cofres públicos porque passou de 14, 5 de idade para 20, então é um absurdo isso daí. Nós temos o Estatuto do Idoso que está sendo desrespeitado e temos esse projeto que é uma coisa que acho que o prefeito tem de se explicar, primeiro que faz um projeto de um dia para outro? Por quanto?

Da outra vez, na primeira vez pagou 500 mil para ser feito e agora? Dormiu, acordou e fez um projeto? E o que ninguém explicou até agora é porque ao criar um projeto de previdência complementar coloca também o artigo 27 diz o seguinte: “alternativamente a

constituição da entidade prevista no artigo 5º dessa lei o município poderá valer-se de entidade fechada de previdência complementar já existente.” O que é isso? Quer fazer um plano para entregar par ao vizinho. O vizinho do Estado, é um plano para o Doria. É isso que não dá para entender. Como é que faz um projeto criando a previdência complementar e já deixa claro, está aqui, está escrito, deixa claro que poderá já entregar para o vizinho. E outra coisa: com a formação de um comitê gestor que também vai receber por decreto. Então, a Câmara tem muito que fazer e não pode permitir esse tipo de coisa e somos contra e vamos lutar até o fim para que esse projeto não passe.

O SR. PAULO FRANGE – Só aproveitando aqui, aproveitando que o Secretário é muito atento, obrigado Secretário por estar nos atendendo e acompanhando, mas a fala dela é uma preocupação nossa e de muitos da Casa. Essa situação da previdência fechada e repassada e nós não sabemos para quem. No texto anterior veio que era para a previdência do estado. Aqui os especialistas acharam que teria de ser para o Funpresp. Então, não tem nem como, qual é o critério de seleção e nem nada. Então, eu gostaria depois que V.Exa. anotasse e pudesse responder isso porque é um assunto que nos preocupa também.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Audiência pública é para isso mesmo, trazer fatos novos.

Tem a palavra o Sr. Hernane.

O SR. HERNANE – Boa tarde, Vereadores e a todos os colegas servidores e servidoras presentes neste plenário, na galeria, e todos os que estão resistindo aí fora. Cumprimento todos os Vereadores em nome do Presidente dessa Comissão, Vereador Gilson Barreto, que também, assim como eu, é contador. E tenho grande honra em dirigir a minha palavra a V.Exa.

Meu nome é Hernane, sou Contador Público de carreira do Município de São Paulo, represento a minha Associação dos Contadores Municipais de São Paulo e represento também o Presidente Cássio, da Federação das Associações dos Servidores Públicos Municipais.

Como o tempo é curto vamos direto ao que interessa, falar sobre esse PL. É evidente que temos de buscar alternativas se é que de fato exista uma insuficiência financeira no quesito da Previdência. Digo insuficiência e não digo déficit.

Pois bem, não sei se é do conhecimento de todos, mas a receita corrente líquida do Município de São Paulo vem num crescimento exponencial. De 2015 para 2016, a receita corrente líquida teve um aumento de 2,8%; de 2016 para 2017, 5,4%; 2017, 2018, 8,5%. Ora, a receita corrente líquida vem subindo e nós servidores quando temos um aumento salarial é algo em torno de 0,01%, já foi muito falado aqui e não vou ser repetitivo.

Outro ponto importante é buscar alternativa para a reposição dessa suposta insuficiência financeira no quesito da questão previdenciária. Em busca de alternativas, como muito bem falou aqui, não só nessa sessão de hoje, mas em outras das quais participei, o Vereador Paulo Frange, a questão da retenção do imposto na fonte. Todos nós servidores ativos e aposentados contribuimos com retenção na fonte com algo em torno de dois bilhões ano. É uma fonte de receita que poderá sim fazer frente a essa suposta insuficiência financeira no quesito previdenciário.

Então peço aos nobres Vereadores que aqui votarão e a esta Comissão, na pessoa do seu Presidente, Vereador Gilson Barreto, que prestem atenção, se foram buscadas algumas alternativas para suprir essa suposta insuficiência.

Outra questão importante que também gostaria de registrar é ficarem atentos aos relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo e o relatório produzido pela área técnica desta Câmara através do Ceteo.

Assim encerro e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Angélica dos Santos.

A SRA. ANGÉLICA DOS SANTOS – Boa tarde a todos e todas, companheiras de luta que estão aqui não de hoje, não de ontem, mas desde o começo do ano, aos senhores

todos que estão na Mesa, lembrando o espírito de Marielle, que nos guia, o papel dela que foi o de lutar pela população, de responder às necessidades da população e nos mostrou que estamos num país fascista, que assassina mulheres, assassina os meus alunos negros.

Vou falar aqui da minha experiência de causa, sou professora numa escola municipal na periferia de São Paulo. Quando algum político foi lá? Nunca. A minha escola, nessa época de chuva, sabem o que acontece? Chove na sala de aula e temos de ir com os alunos para o pátio. Ficam todos lá sitiados.

Temos verba? Não tem verba para a Educação. Sem o representante do Governo aquela coluna que o senhor mostrou não tem. Nesse calor tem ar condicionado? Aqui tem ar condicionado. Na sala dos senhores tem ar condicionado. Na minha escola não tem. Na minha escola tem ventilador. Há cinco anos os meus alunos e as suas famílias estavam começando a construir as suas casas. Hoje encontro alunos meus vendendo bala no farol.

A senhora sabe o que é isso? Ser Professora e depender de um Prefeito que foi embora, abandonou a Cidade cortando leite; cortando TEG; cortando a merenda dos alunos, não pode repetir, mas aquele aluno não tem comida em casa. A família não tem comida em casa. A família está vendendo bala no farol, meu aluno. A nossa AMA lá do bairro fechou. O Doria fechou a AMA.

Os alunos são faltosos. Por quê? Porque seus pais estão desempregados e precisam fazer bico e os alunos não conseguem vir à escola sozinhos. É isto o que enfrentamos, tendo de se virar para tirar do nosso bolso para fazer trabalho, para comprar cartolina, para comprar caneta. Por quê? Cadê a verba da educação? Desviou. Cadê a verba da educação? Foi para o caixa dois. Cadê a verba da educação? Foi para o Bolsonaro, para o bolso de fulano.

Este é um País que há mais de 500 anos tem pilhado o povo. É um País de estupro, é um País de assassinos, é um País de pensamento de casa grande. Nesta Câmara não tem a população representada. Eu sou professora de geografia e sabe o que ensino para

eles? Eu não ensino os nomes das capitais. Eu os ensino a ler projetos de governo, a ler planos de lei. Eu faço trabalho de campo com eles aqui para a Câmara Municipal para eles começarem a entender como que funciona o sistema.

Os senhores vão poder começar a falar qualquer coisa quando fora do ano eleitoral, visitarem as nossas escolas. A Sra. Janaína tem de visitar a nossa escola e ouvir a nossa comunidade, porque aqui não tem arrego. Respeitem o professor.

- Manifestação na galeria. (Não tem arrego).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registrada as suas preocupações.

Tem a palavra o nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Muita gente já falou e fica difícil acrescentar alguma coisa nova, mas vou tentar.

Existe uma tradição nos governos brasileiros e muito até no meio do povo e pôr a culpa nos outros. As pessoas fazem as coisas e põem a culpa nos outros. Agora, com relação à confusão da previdência, puseram a culpa nos funcionários. Quer dizer, então a culpa do eventual rombo, do propalado rombo que nem existe, é culpa dos funcionários. Culpa do funcionário público.

Agora, vamos começar a lembrar de algumas coisas, por exemplo, quantos por cento da população é funcionária pública? 1,6%. Quantos por cento da população do Japão é funcionária pública? 6%. Quantos por cento da população dos Estados Unidos é funcionário público? 14%. Então, esse negócio de dizer que o funcionário custa caro e que tem muito funcionário é balela. Funcionário é fundamental para que tenha o serviço público de qualidade.

Então, o que será que está acontecendo no Brasil? O que será que está acontecendo no Brasil que os Estados estão quebrando, os municípios estão quebrando? Fui Presidente, em 2001, já como Vereador, da CPI da Dívida Pública. Vimos que a correção da dívida pública do Município de São Paulo naquela época era de 10 bilhões.

Foi feito um acordo, em 1999, chamado Acordo da Dívida, do Governo Federal com

os municípios e com os Estados. Qual acordo foi feito? Os municípios e os Estados tinham de pagar 13% de tudo que arrecadavam para dívida e pagar 9% de juros mais a correção monetária. Vocês imaginam a pancada.

O que aconteceu com a cidade de São Paulo? Até 2014, a cidade de São Paulo tinha pagado 34 bilhões dos 10 bilhões que devia. Quanto a Cidade continuava devendo? Setenta e quatro bilhões.

Entenderam o problema? Entenderam onde está o rolo? Está no sistema financeiro que controla o Poder Público. Essa é a questão. Não tem como resolver o problema do Brasil se não resolver o problema do sistema financeiro. O Rio de Janeiro quebrou por causa disso: da dívida. “Mas tem roubalheira no Rio de Janeiro”, pode ser, mas o principal motivo foi a questão da dívida. No Rio Grande do Sul não tem roubalheira, no entanto, foi para o vinagre; o mesmo aconteceu em Minas Gerais.

Então, na tentativa de contribuir com algo novo quero dizer o seguinte: o dinheiro que vai ser confiscado dos servidores públicos não chega a 5% do problema da previdência.

Portanto, tem que se buscar outra forma de resolver esse problema, e não pegar os mais fracos, os que prestam os serviços, os trabalhadores. (Palmas) Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereador, muito obrigado.

O SR. ELISEU GABRIEL – Só para concluir.

Tem jeito de se resolver – fui interrompido. Tem-se que buscar uma forma de se resolver. E há a forma, e não pegar pesado em cima dos funcionários públicos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Lourdes Esteban.

A SRA. LOURDES ESTEBAN – Boa tarde a todas e a todos, em nome dos Vereadores que defendem o serviço público e os servidores públicos, porque têm compromisso com a população, cumprimento os outros Vereadores que ainda não entenderam o seu papel nesta Casa. (Palmas)

Eu sou do Sindsep. Nós do Sindsep, representantes de todas as categorias da cidade de São Paulo, vimos pedir a vocês que retirem esse projeto. É o único pedido que a gente faz para os Vereadores desta Casa.

É uma vergonha imaginar que faço parte desta cidade que tem uma Câmara de Vereadores que não conhece como funciona essa máquina – tem um monte de vocês que entrou agora, mas tem um monte de gente que está aqui há tanto tempo, e ainda não descobriu que o Ipem não tem déficit, porque a gente paga, e vocês sabem que pagamos 11%. Isso que foi colocado aqui não é novidade para os Vereadores. Vocês estão aqui dentro. Se vocês não sabem disso, o que é que estão fazendo aqui? Que vereança é essa minha gente? (Palmas)

Os servidores públicos são os que carregam, os que rodam a cidade de São Paulo. Não existe saúde, Vereador, se não tiver funcionário público. Não existe educação, Vereador, se não tivesse funcionário público. Ninguém enterra nesta Cidade, se não tiver servidor público. Nós é que rodamos esta cidade.

Quando vocês são candidatos, vão para a nossa periferia pedir votos, prometem para a população que vão fazer na educação, vão fazer na saúde, vão fazer no meio ambiente, mas, na verdade, vocês sabem que quem vai fazer somos nós. (Palmas) Nós que rodamos.

Nós queremos respeito. Vocês deveriam ter vergonha de, num momento desses, dia 21 de dezembro, nós estarmos nesta Casa mendigando. Nós não estamos pedindo salário ainda. Nós estamos aqui pedindo para vocês não descontarem salário, porque é isso que vai acontecer. Vocês têm que ter vergonha. Eu não quero ter nojo! Eu não quero ter nojo dos Vereadores da cidade de São Paulo. Retira esse projeto já! Em nome dos servidores e em nome da população!

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, quero saber se o Hélio Campos veio. (Pausa) Não. Teodoro Vaz? (Pausa) Também não. Próxima, Sandra Regina de

Albuquerque, Luba Melo, Vlamir Lima, Laudicéia e Joelia Rodrigues. Já citei os nomes dos que falarão. (Pausa) Tem a palavra Deodoro Vaz.

O SR. DEODORO VAZ – Sou engenheiro da Prefeitura. Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos da galeria – prós e contra. Infelizmente, estamos tendo a visita desse pessoal, não sei o que esse assunto interesse a eles, mas estão aí e precisamos respeitá-los; afinal, a presença aqui é para todos.

Estamos aqui discutindo o PL 621, sobre o qual participamos de uma Comissão considerada *sui generis* pela Procuradoria Legislativa. Mesmo assim, enfrentamos reuniões diárias; a Comissão recebeu várias pessoas que vieram apoiar o projeto. Muitas das declarações que foram feitas – umas prós, outras contra o Governo – não foram consideradas para o relatório, que nos pareceu um “corta e cola” feito às pressas e que foi colocado abruptamente antes do prazo do término da Comissão, que, como se previa, era de 30 dias.

Por muitas vezes, o Vereador reclamou sobre a falta de dados atuariais atualizados, informações necessárias para se estudar todo o problema da previdência municipal. Não se levou em conta as várias dívidas que existem e que poderiam suprir o Município, assim como a sugestão do Vereador Frange, que comentou sobre o recurso do imposto de renda, que nos é descontado todos os meses e que vai para a Prefeitura, e não para o Governo Federal. Esse valor simplesmente vai para o Tesouro e é distribuído à benesse do Governo. Mas se é tirado de nós, por que é que não vai para um caixa para nos atender? Agora, depois de 28 anos pagando a previdência, como estava no *script*... Porque prestei concurso, entrei pela porta da frente, e estava escrito lá: “Você contribui dessa forma, e quando você completar o seu tempo de trabalho...”. Porque, além desses 28 anos na Prefeitura, tenho 18 anos na iniciativa privada. Aí, vem a historinha: “Não, você não tem direito, você precisa pagar mais”. Mais onde, se recebo 0,01% de reajuste ao ano? Vou tirar de onde, pessoal? Não tem sentido.

Muito obrigado. O tempo acabou, e não quero ouvir o pessoal gritar comigo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sandra Regina já está aí? (Pausa) Luba Melo (Pausa). Vlamir Lima (Pausa). Laudicéia (Pausa). Joélia Rodrigues (Pausa). Enquanto eles descem, passo a palavra ao Vereador Amauri Silva.

O SR. AMAURI SILVA – Muito bem, servidores públicos do município de São Paulo, sou servidor público municipal há 32 anos, guarda civil. Entrei pela porta da frente...

- Manifestações na galeria.

O SR. AMAURI SILVA – Como todos servidores. Estou hoje Vereador nesta Casa e vejo que o servidor novamente está sendo sacaneado.

- Manifestações na galeria.

O SR. AMAURI SILVA – Em 2005, houve o aumento da alíquota de 5 para 11%, dizendo que, em 2010, estaria sanado. Hoje, 2018, querem subir novamente, o servidor pagar a conta. Não existe isso. Uma conta rápida de um salário de um guarda civil: hoje, com 11%, ele paga 349,57 para a previdência. Inclusive, guarda civil hoje teve o aumento de 10% do RTP. Esses 10% para esse salário do guarda civil vai para 176,55 de aumento. Com a alíquota passando a 14%, passa de 349 para 469, tendo um desconto de 120,5 a mais. Então, esses 10% que ele recebeu hoje, que deu no RTP dele, vai significar um aumento de 56,50% do salário desse guarda civil, isso fora o imposto de renda, como se disse lá em cima, que é revertido totalmente para o município de São Paulo, para a Prefeitura de São Paulo. Existem outros meios de se ver, de se retirar, de procurar suprir isso aí.

- Manifestações na galeria.

O SR. PAULO FRANGE - Gente, vamos garantir a palavra do orador. O orador é o Vereador Amauri Silva.

O SR. AMAURI SILVA – Que privilégio um guarda civil tem ou um funcionário público tem?

- Manifestações na galeria.

O SR. PAULO FRANGE - Gente, vamos garantir a palavra. Olha, nós estamos ouvindo o Vereador Amauri Silva. Ele é funcionário público, é guarda civil metropolitano, é uma pessoa que está falando daquilo que sente.

Nobre Vereador, está garantido o tempo.

O SR. AMAURI SILVA – Muito obrigado. Acompanhando ainda que o Vereador Paulo Frange e Claudio Fonseca aqui, nesta tribuna, o Vereador Donato veio expor aqui todo esse tempo, que o funcionário público infelizmente, novamente vai pagar a conta de tudo, a irresponsabilidade dos governantes que vieram lá atrás até este momento. Não é culpa do funcionário público. Se a má gestão foi feita lá atrás, o funcionário público não tem que pagar por isso. Então, vamos acordar.

- Manifestações na galeria.

O SR. AMAURI SILVA – Se nós tivéssemos consciência... Mantemos o funcionário público muito responsável, que, muitas vezes, são responsáveis, que, muitas vezes, como bem a professora aqui se dedica, como guarda civil, que tira do salário para conseguir dar aula. O guarda civil tira do salário dele para comprar farda, comprar equipamento, para prestar um serviço de qualidade para a população.

Isso não existe!

Outra coisa, só para terminar: funcionário público não tem fundo de garantia! Quem se aposenta com 30, 32 anos de serviço, recebe 300, 400 mil, mas funcionário público, não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Amauri.

Com a palavra a Sra. Luba Melo.

A SRA. LUBA MELO – Boa tarde, guerreiras e guerreiros, servidores e servidoras da maior Prefeitura deste país. Infelizmente eu não gostaria de estar aqui participando desta farsa que é esta audiência pública, num momento tão difícil. É fato que nós estamos vivendo um cenário extremamente difícil para a classe trabalhadora, um cenário extremamente difícil

para quem luta por políticas públicas, extremamente difícil para nós que damos a cara bater, para nós, que seguramos nas nossas costas esta Prefeitura por no mínimo 30 anos. Nós somos agentes de apoio, nós somos AGPPs, nós somos bibliotecárias, nós somos assistentes sociais, nós somos médicas, nós somos enfermeiras, nós sustentamos esta Prefeitura em cada canto desta cidade. Sem a gente esta Prefeitura não anda.

- Manifestações na galeria.

A SRA. LUBA MELO – Esse projeto, minha gente, o PL 621/16 diz respeito aos trabalhadores.

- Manifestações na galeria.

A SRA. LUBA MELO – Eu quero que seja assegurado o meu tempo.

- Manifestações na galeria.

A SRA. LUBA MELO – Parem o meu tempo, quero meu tempo assegurado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gente, vamos garantir a palavra.

A SRA. LUBA MELO – O projeto 621/16 diz respeito a famílias. Mais de 200 mil servidores e servidoras que serão impactados por esse projeto. São mais de 200 mil famílias que vão ter seus salários confiscados. Coloquem a mão na consciência, nobres Vereadores e Vereadoras! Coloquem a mão na consciência. Não façam isso, não deixe isso nos seus históricos.

Eu quero fazer uma pergunta a vocês. Vocês circulam pela cidade de São Paulo? Circulam pelos hospitais? Vocês não sabem o caos que está esta cidade. Nós servidores estamos trabalhando no nosso limite físico e mental.

- Manifestações na galeria.

A SRA. LUBA MELO – Convido vocês a visitarem um pronto-socorro para verem a situação dramática pela qual passam os servidores e servidoras públicas, sem aumento salarial, trabalhando no seu limite, com equipes reduzidas, sem concurso público.

Nobres Vereadores e Vereadoras, coloquem a mão na consciência, porque o que

vocês estão fazendo está muito errado.

Nós estamos aqui numa luta legítima! Não tem arrego ,aqui tem luta! Não tem arrego, aqui tem luta! Não tem arrego, aqui tem luga!

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Vlamir Lima.

O SR. TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, só um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra, Vereador.

O SR. TONINHO VESPOLI – Eu gostaria só que V.Exa. pedisse para as pessoas não ficarem chamando os oradores de vagabundos, porque é muito indelicado. Dos homens, eles não falaram isso. Agora, quando é mulher, eles falam isso. Isso é misoginia!

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Olha, sem nenhum problema com as manifestações, Por favor, à Sra. GCM que está acompanhando, eu gostaria que ficasse mais próxima para que a gente pudesse interromper esse tipo de agressão. Não vai levar a nada, vai ficar pior. Se puderem fazer de cá. Está indo bem, todo mundo está falando, não vamos cortar a palavra de ninguém.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Exatamente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós não vamos retirar ninguém, neste momento, mas não vamos mais tolerar, daqui para a frente, esse tipo de posição de vocês.

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – A ideia é que todos possam falar tranquilamente, se manifestem após a fala.

Ernani, você que é o de cabelos mais grisalhos aí, preste atenção nessa turma, por favor. Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vlamir, tem a palavra por três minutos.

O SR. VLAMIR LIMA - Obrigado. Boa tarde Vereadores e Vereadoras, servidores que estão aqui na luta pela retirada do PL 621. Eu falo em nome da direção da Confederação dos Trabalhadores dos Municípios de São Paulo, a Confetam, que, inclusive, encaminhou ofício aos Vereadores e ao Prefeito para a retirada do PL que determina a supressão de direitos dos trabalhadores.

Também acho que a forma como está sendo apresentado e o debate que está sendo feito, não só de hoje, mas desde o início, é na linha de empurrar isso goela abaixo dos servidores. É um projeto que vai confiscar salários e colocar em risco as nossas aposentadorias.

Eu sou servidor administrativo, com cargo de AGPP num município de São Paulo que, inclusive, está esperando mais de mil trabalhadores concursados que fizeram um concurso e querem trabalhar no município de São Paulo, não entrar pela porta do fundo. (Palmas.) Então que o Prefeito chame esses, há muitos outros que não conseguem aposentar, porque não há ninguém para substituí-los nos serviços, seja em finanças, em saúde, em várias partes da prefeitura.

Eu acho que além de retirar os direitos, esse projeto, confiscando os nossos salários, não aponta nenhuma saída para resolver lá na frente, de novo, esse debate. Foi isso que alguns me falaram aqui. Em 2005, fizemos esse debate, novamente estamos aqui. Não adianta fazer um projeto que vai resolver a situação do atual prefeito. Nós temos de resolver isso porque é a aposentadoria dos trabalhadores.

Eu também acho que não é o *deficit*. O Donato tem toda razão, isso é um aporte da Prefeitura. É mais que obrigação, está na lei, não só a lei municipal, mas na Constituição. A gente presta serviço para a população. É isso que tem de ganhar, no mínimo, de respeito, seja da Câmara ou do prefeito que estiver no Poder.

Acho que a Prefeitura e os Vereadores, nesta parte, precisam retirar esse projeto, para debater melhor, porque esse aporte só vai piorar para nós, porque se a Prefeitura mandou esse projeto para a Casa, vai manter 14% de contribuição igual, aumentando para a gente, não vai resolver. Quem vai continuar fazendo aporte se não vai resolver pagar as aposentadorias?

E a outra questão, qual é a saída para melhorar os serviços públicos? Tem de cobrar imposto de quem tem. (Palmas.) Esta Casa fez o debate no ano passado, você não estava aqui para defender os bancos, fez a isenção das dívidas dos bancos.

- Manifestação na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. VLAMIR LIMA - Eu acho que, para melhorar o serviço público, além do concurso, ampliar os serviços, tem de fazer ampliação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vlamir, concluindo.

O SR. VLAMIR LIMA - ...porque o prefeito que passou não quis ficar na cidade de São Paulo administrando, só fez corte de serviços...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vlamir, concluindo. Vamos encerrar para dar tempo.

O SR. VLAMIR LIMA - ...fechando serviços para a população.

Eu acho que é esse jeito. Por isso que os servidores que estão aqui hoje, lá fora e aqui dentro, para pedir para os Vereadores retirarem o PL, não colocar em votação hoje, joguem isso para o ano que vem para a gente debater melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vlamir.

Próxima a Sra. Laudicéia, servidora pública.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Joelia Rodrigues dos Santos.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gente, nós precisamos agora falar com aqueles que já falaram...Vlamiir, Luba. Está havendo um fluxo de pessoas que entram e saem. Agora, não temos como chamar os próximos, porque quem falou e não vai sair não dá entrada para o próximo companheiro. Vamos manter a regra até o final? Se fizermos isso, fica bastante fácil conduzir o trabalho.

Vamos suspender por dois minutos para fazer essa troca, chamar os companheiros que estão do lado de fora.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Reabertos os trabalhos. Enquanto nossa parte administrativa, com a Guarda Civil, resolve esse problema, vamos passar a palavra ao Vereador Police Neto, que participou da Comissão de Estudos.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, não pretendo reproduzir aqui muito do que já foi falado, mas queria tentar entender a lógica que nos traz ...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Há um orador na tribuna. Por favor, vamos ouvir o Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu serei bastante breve, mas precisava entender a lógica que nos traz neste momento a este debate, que é fundamental, não só no Brasil, na cidade de São Paulo, mas no mundo. O mundo vem enfrentando uma mudança demográfica significativa, que nos obriga a repensar sistemas previdenciários, sistemas de seguridade social, e o mundo se debruçou sobre esta matéria.

Em 2015, o Prefeito Haddad submete à Câmara um texto apontando a necessidade de uma mudança estrutural. Em 2016, da mesma forma, o Prefeito vem a esta Casa e apresenta o projeto que aqui está em debate. Em duas oportunidades... Está claro por que no presente momento o Prefeito Bruno Covas, da mesma forma como Doria, também tentaram, em um diálogo com a Câmara e a sociedade, apresentar uma necessidade...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos ouvir.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – O projeto está aqui há dois anos. Portanto, há um debate acontecendo. Podemos não conseguir falar tudo que queremos, mas o tema está em debate. Pode ter sido ruim a forma como foi conduzido, mas a sociedade vem debatendo este tema.

A pergunta que tenho é a seguinte: durante alguns momentos, os números se mostraram assustadores. E ainda se mostram assustadores, sejam ao reconhecer que é responsabilidade, sim, do Estado prover sua parte, e, portanto, tem sua responsabilidade seja pelo 22 ou pelo 28, portanto, sua cota patronal, como pela insuficiência da gestão que ele mesma realiza.

Portanto, estamos diante do desafio de ou gastar recursos arrecadados com os impostos para pagar a aposentadoria dos servidores, porque eles serviram ao setor público, e bem, ou então teremos um novo regime que conseguirá se capitalizar e em algum momento nos próximos 50 ou 60 anos atingiremos algum equilíbrio.

- Manifestações da galeria.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Se vocês não pararem de falar não dá para avançar nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gente, vamos ouvir. Vamos fazer as manifestações só no final da fala de cada vereador.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – (Fazendo soar a campainha) – Vamos sentar. Fiquem tranquilos, todos vão falar. Nós não vamos sair daqui enquanto todos não falarem. Fiquem tranquilos.

Police, com a palavra.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então, no momento em que fica claro que temos um

desafio gigantesco, parte dele que pretende ser cumprido num debate federal que altera significativamente parte da solução deste problema, em especial quanto à demografia que de fato se alterou, o Município se debruça em cima daquilo que pode competir a ele.

Em alguns momentos se falou da segregação de massas, em outros momentos se anunciou a alíquota suplementar, em alguns outros momentos se anunciou a possibilidade de captura de ativos que em tese podem significar ativos para esses fundos, portanto dar solidez para eles. Mas ao final de um debate muito longo que tivemos, me parece que a solução apontada pelo governo – e falo isso sempre – é a montanha que pariu um rato.

A gente está fazendo um esforço hercúleo para exclusivamente subir de 11% para 14% e não apresentar uma solução definitiva. A minha maior preocupação é passar a mensagem para a sociedade de que, ao votar aqui esse projeto, todos os problemas estão resolvidos. E o que vai acontecer daqui a cinco, seis anos? Voltaremos ao mesmo debate para dizer que, como o Governo Federal não conseguiu fazer as alterações, como não tivemos coragem de fazer alterações nem em 2005 nem em 2010 nem em 2015 nem em 2020.

Voltamos para quê? Não é mais possível fazer com 14%, precisamos mais três, quatro ou cinco, porque continuamos incapazes de produzir a separação e a segregação delas, estabelecer de fato o conjunto de benefícios que cada um vai ter, compreender quem é o servidor público que estará à disposição da sociedade a partir de concurso público, sim, com qualidade para os próximos anos. Sem saber quem são os servidores que nós queremos, para o serviço público que nós queremos ter, é impossível falar de previdência hoje. É mais um pequeno remendo.

Nós não discutimos o tamanho que este Estado deve e merece ter numa sociedade que ainda é muito injusta e, portanto, precisa oferecer educação de qualidade que deve ser cara para ser boa; uma saúde de qualidade que deve ser cara para ser boa também. Caso contrário, quem mais precisa da mão de qualidade do Estado nada tem. Essa é uma questão fundamental: qual é o Estado que queremos ofertar para aqueles que menos têm qualidade de

educação, de ensino, de transporte?

Portanto eu não me sinto confortável de dizer que a proposta apresentada ontem, por volta das 22h15, em forma de substitutivo me dá tranquilidade de falar para meu eleitor: Fique tranquilo que, ao votar a proposta do governo, o seu filho, o seu neto terá um serviço público de qualidade, pagando a previdência quem deve trabalhar. Essa é a diferença fundamental.

Nós temos que ter compromisso com a verdade. Se o projeto ainda não atingiu a maturidade para produzir esse equilíbrio, eu não posso votá-lo exclusivamente por carinho ao Prefeito, que eu respeito muito, e quero o sucesso dele. Mas não dá para contar uma história do projeto que de fato ele não vai realizar.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Police Neto.

Próxima inscrita, Lauricélia, servidora pública.

A SRA. LAURICÉLIA – Boa tarde. Eu quero ser breve na minha fala, porque eu já me senti bem contemplada pelo que meus companheiros falaram aqui.

Primeiro eu quero dizer que acho um absurdo que a GCM tente impedir as pessoas que estão inscritas para falar, tentem impedir a nossa entrada aqui. Que casa do povo é esta que o povo não tem direito de acessar?

Outra coisa: eu gostaria de desafiar o pessoal do Banco Itaú e do MBL a pegar o microfone, vir aqui defender, dizer porque é contra. Até agora vocês só fizeram barulho, mas vocês não sabem vir aqui defender porque vocês são contra. Vocês não têm capacidade de vir aqui e dizer por que vocês são contra. Então, eu desafio vocês a vir no microfone falar, desce aqui e vem falar no microfone.

Eu faço parte de uma categoria que há dez anos não abre concurso, eu estou há oito anos na prefeitura. Eu faço parte, assim como todos os servidores aqui da resistência, porque a gente trabalha em unidade caindo o teto, a gente trabalha sem material, sem

condições dignas de trabalho. Vocês terceirizam, vocês cortam verbas e vêm dizer que nós somos privilegiados. Cadê a Janaína? Eu queria falar direto para ela, que diz que nós somos privilegiados, que nós temos regalias. Abre mão do seu vale refeição, abre mão do auxílio que vocês têm aqui de 700 mil reais. Eu quero ver. Privilégio é vocês andarem de BMW, com o nosso dinheiro. Isso é privilégio. Privilégio são as regalias que vocês têm aqui.

Outra coisa, lembrem-se, vocês podem estar aqui, muitos de vocês há um bom tempo, mas o mandato de vocês é passageiro. O Caio Miranda não levou a sério o “se votar, não volta”. E ele se lascou na eleição para deputado. Então, aprendam, se vocês não nos respeitarem, se vocês votarem esse projeto, eu vou investir todos os dias, todos os meus dias até a eleição para fazer campanha contra.

Retira o projeto! E aqui não tem arrego, eu quero ver vocês ficarem aqui a noite inteira! Aqui não tem arrego! Retira o projeto!

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Renato está aí? (Pausa) Joélia já tinha chamado. Tem a palavra a Joélia e depois o Renato.

A SRA. JOÉLIA – Boa tarde, trabalhadores e trabalhadoras presentes nesta tarde. Boa tarde, Srs. Vereadores. Eu sou a professora Joélia, trabalho na rede pública há 30 anos. Eu quero lamentar que estejamos nesta tarde, próximo ao Natal, para lutar contra mais um ataque do governo, contra o direito dos trabalhadores.

Infelizmente, alguns vereadores não compreenderam a inconsistência do PL 621. E é para esses vereadores que eu quero falar. É muito importante que essas pessoas que não compreenderam e estão aqui compreendam a humilhação que nós, trabalhadores da rede pública municipal, estamos passando neste momento. Enquanto todas as outras pessoas estão se organizando para descansar, e hoje inicia o nosso recesso, vamos ter de ficar aqui porque esta Casa insiste em descontar aquilo que não reajustou no salário dos trabalhadores.

Infelizmente, temos no nosso plenário, pessoas que não são da rede e não

compreendem e fazem uma fala defendendo retirada de direito do trabalhador, Mal sabem eles que não serão só os trabalhadores da rede pública que vão sofrer com a retirada e o ataque de direitos. Todos nós, trabalhadores e trabalhadoras, a partir deste momento, vamos passar por muitas retiradas de direitos. Vocês que estão no plenário, que estão aplaudindo, cuidado porque os bancos estão disputando a tapas a entrega do nosso dinheiro, do nosso salário para nos taxar. Mas não pensem vocês que são só os trabalhadores e as trabalhadoras. Somos todos nós. Vamos sofrer com isso.

Portanto, os Vereadores que disseram nesta tarde necessitarem de mais uma afirmação para recuar na aprovação desse projeto, vocês já tem porque vocês sabem que o projeto de lei é inconsistente, ele não é real.

- Assume a presidência o Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, pois o nosso tempo está escasso. O próximo inscrito é o Charles.

A SRA. JOÉLIA - O Dieese veio aqui nesta semana e falou para a gente que, pelos estudos feitos, não existe déficit. Isso é mais um ataque ao direito dos trabalhadores.

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pois não. Pessoal... Já encerrou o seu tempo. Obrigado.

A SRA. JOÉLIA - Então, por favor,...

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Pessoal, pela questão de tempo...

A SRA. JOÉLIA - Srs. Vereadores, obstruam e não votem esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem uma reunião extraordinária... A senhora está desrespeitando o tempo. Desculpa, professora. Com todo o respeito, vamos respeitar, pois há 36 pessoas inscritas.

A SRA. JOÉLIA - Muito obrigada a todos e a todas que estão aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado pela participação.

De ofício vou suspender por quinze minutos para a abertura de uma sessão extraordinária.

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, Presidente, por favor. Só para ter clareza. O senhor vai suspender e em quinze minutos retoma a audiência pública com a mesma lista de inscrição. É isso?

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Possivelmente.

(NÃO IDENTIFICADO) – Possivelmente, não. É ou não é? É ou não é? Não, não, não!

(NÃO IDENTIFICADO) – Todo mundo inscrito tem de falar nesta audiência pública.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Estou reabrindo, V.Exa. agora está na reunião, na audiência pública da Comissão de Administração Pública.

O SR. NATALINI – O senhor não tem vergonha do que aconteceu aqui não? O senhor não tem vergonha não?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu não fiz parte...

O SR. NATALINI – O senhor não tem vergonha do que aconteceu aqui na nossa cara? Para com isso, rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – V.Exa. não faz parte da comissão.

O SR. NATALINI – Nós temos de ter dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – V.Exa. quer jogar para a plateia, pode jogar à vontade. Eu suspendo os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, reabertos os nossos trabalhos e o primeiro a ser chamado é Charles. Por favor. Vão entrando um por um, e rápido.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não, agora não, Vereador. Desculpa. Primeiro vamos seguir a relação de quem se inscreveu, que está aqui desde manhã. Depois, ao final, se der tempo passo aos Vereadores.

(NÃO IDENTIFICADO) – Quantos são os inscritos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Isabel Teixeira está presente?

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, tem quantos inscritos? É uma questão de ordem, Presidente. Quantos inscritos? Dez?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu vou ver e depois falo com V.Exa. Deixa eu retomar.

(NÃO IDENTIFICADO) – Por favor, Sr. Presidente. Eu quero saber quantos inscritos têm. É uma questão de ordem.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, pela ordem. Presidente Gilson Barreto. É uma questão de ordem. Presidente Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Dimitri está aí?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sim, eu estou inscrita nesta comissão. Só quero fazer um questionamento. É uma questão de ordem que eu quero dizer, Vereador Gilson.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Todos os Vereadores querem falar, todo mundo tem público. Uns querem jogar para a plateia, tudo bem. Aqui, a Casa é para isso.

- Tumulto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Dimitri.

O SR. JAIR TATTO – Presidente Gilson Barreto. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Já foi. Luba Melo.

O SR. JAIR TATTO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Já falaram.

O SR. JAIR TATTO – Vereador Jair Tatto, Presidente.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, é uma questão de ordem. As pessoas que estavam falando não estão tendo acesso aqui. É o restante das pessoas. Presidente, Presidente.

O SR. JAIR TATTO – Presidente Gilson Barreto.

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Fala Dimitri. Não, vem cá. Ninguém vai aqui me encostar ou atrapalhar a Administração Pública não.

O SR. JAIR TATTO – Presidente Gilson. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Dimitri, manda brasa aí.

O SR. JAIR TATTO – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pode falar.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – ...que não conseguiram vir...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereador, por favor.

O SR. JAIR TATTO – Quando V.Exa. me chamou eu estava exatamente separando a confusão.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O Dimitri está com a palavra. Um minutinho, por favor.

O SR. JAIR TATTO – Mas eu estou inscrito. V.Exa. lembra que me chamou?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – V.Exa. está inscrito. V.Exa. não estava aí. Depois vamos ver. Primeiro a relação de quem se inscreveu. Por favor, Dimitri.

O SR. JAIR TATTO – Então, eu continuo inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Continua.

O SR. DIMITRI – Pessoal, olha só, o que estamos discutindo aqui hoje é muito mais

do que o confisco salarial de funcionário público. O que nós estamos discutindo aqui hoje é que o Governo do Bruno Covas quer cometer um crime contra a cidade de São Paulo, porque além do confisco salarial que tem no Sampaprev, o Sampaprev também cria a securitização de crédito no município de São Paulo. Isso significa que os bancos vão poder fazer uma farra com o dinheiro do contribuinte. E é bem importante a gente prestar atenção no efeito que essa política do Bruno Covas vai causar.

O que está acontecendo aqui? O Banco Itaú deve mais de quatro bilhões de impostos para a Prefeitura. O Banco Santander deve mais de três bilhões de reais de imposto não pago para a Prefeitura. O Hospital Albert Einstein deve imposto e não paga. A Unimed Paulistana deve imposto e não paga. Ou seja, a Prefeitura de São Paulo dá isenção de imposto para as grandes empresas e vai querer cobrar do funcionário público o dinheiro para cobrir um rombo orçamentário da Prefeitura.

Ora, que a Prefeitura execute a dívida dos bancos, que a Prefeitura execute a dívida das grandes empresas que não pagam imposto em São Paulo. E o pior perigo do Sampaprev é que quando você dá isenção de imposto para a empresa e confisca salário de funcionário público você cria o caos social, assim como foi feito no Rio de Janeiro. Lá eles deram isenção de imposto para empresa, confiscaram salário de funcionário público e o resultado disso foi o colapso do sistema de saúde, sistema de educação e do sistema de segurança pública.

Por isso, o Sampaprev só pode ser aprovado de duas formas: ou com violência, que foi o que o Prefeito Doria fez aqui quebrando nariz de professora dentro do plenário da Câmara ou então se aprova o Sampaprev na surdina, que foi o que o Haddad tentou fazer, colocando o Sampaprev de volta em dezembro e é o que agora o Bruno Covas quer fazer com o apoio dos vereadores da base do Governo, que querem aprovar um projeto criminoso em pleno Natal.

Então, o que a gente está dizendo aqui é o seguinte: para os Vereadores prestarem

bem atenção no seguinte, se vocês aprovarem esse projeto, vocês serão responsáveis pelo caos social na cidade de São Paulo. Não tem arrego, nós vamos derrubar o Sampaprev.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos diminuir o tempo para dois minutos. O próximo é o Charles, por favor. Dois minutos, senão não vai dar tempo de todos falarem. O Charles não está?

O SR. CHARLES – Boa tarde, povo de São Paulo e seus representantes aqui presentes e eleitos.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor, tenho apenas 40 minutos para a audiência pública.

O SR. CHARLES – Vou falar agora a respeito de um tema muito complexo, que gera fortes emoções nas pessoas e eu entendo esse ser o motivo talvez de toda essa barulheira e confusão aqui hoje. É perfeitamente compreensível que pessoas que trabalharam muitos anos e estão enxergando a sua aposentadoria se sintam preocupadas ou ameaçadas com mudanças nos seus planos de aposentadoria. Eu estou falando aqui como representante da sociedade, do povo de São Paulo, dos 12 milhões de habitantes, de todos que aqui vivem, trabalham, São servidos pelos funcionários públicos do Município e pagam impostos aqui no Município.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Continua, companheiro. Não liga não.

O SR. CHARLES – O que eu peço aos Srs. Vereadores ao votarem hoje é que levem em consideração não apenas o desejo de curto prazo, que às vezes podem ser até míope dos 200 mil funcionários públicos da cidade de São Paulo, mas que levem em consideração o longo prazo desses mesmo 200 mil funcionários. Nós não queremos que ocorra, como está acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, em que faltam recursos para pagar, não apenas aos aposentados, mas até aos funcionários da ativa.

Por favor, Vereadores, não transformem São Paulo em um Rio de Janeiro sem praia. Não é isso que nós queremos para a nossa cidade. Infelizmente eu não acredito em Papai Noel. Enxergo a mim mesmo, que comecei a trabalhar há 41 anos, sou professor e acredito que vou poder continuar trabalhando muito tempo. As pessoas com quem eu mais aprendi na vida eram as pessoas mais idosas.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Charles, dois minutos. Muito obrigado, Charles.

O SR. CHARLES – E que aos 89 anos de idade ainda trabalhavam.

Peço que aprovem um projeto que seja sustentável. Esse projeto é o ideal, é o melhor, talvez não, mas é o que temos agora e peço para que os Srs. Vereadores votem a favor.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O próximo é o Renato. Renato. Depois a Soraia. Vanderlei Muniz. André Reis. Com a palavra, Renato.

O SR. RENATO – Primeiramente, boa tarde a todos e a todas. Eu quero dizer aqui, deixar meu repúdio que esta não é a Casa do Povo, porque o que se faz aqui, para usar a palavra é uma dificuldade imensa. Mas o que está colocado aqui não é questão matemática ou de déficit, mas um projeto político de redução de gastos e de um Estado Neoliberal privatista. Muitos aqui apoiaram o golpe e apoiaram o Governo Temer, que tem sua maioria corrupta. Segundo, apoiaram o Bolsonaro, que também vocês têm de explicar quem é o Queiroz. E agora vocês querem implementar uma reforma em cima dos trabalhadores da Educação e dos servidores municipais da cidade de São Paulo.

Portanto, vocês querem fazer uma reforma para atender o patrão dos senhores, e o patrão de cada um aqui, com exceções de algumas bancadas, é o Itaú, é o Bradesco e outras multinacionais. Os senhores estão fazendo um acordo com o capital financeiro e com o capital internacional. Por isso os senhores querem fazer a reforma para tirar direitos dos trabalhadores. Os senhores apoiaram a PEC que tem 20 anos de redução de gastos.

Portanto aqui não se trata de uma questão matemática, mas do projeto nefasto que os senhores estão querendo implementar no Brasil. Um projeto ultraliberal de caça ao conjunto dos trabalhadores e aí não é só o funcionalismo público da cidade de São Paulo, mas o conjunto dos trabalhadores, porque o Governo Federal também quer aplicar e aqueles que os senhores apoiaram, o Bolsonaro, ele vai querer aplicar a reforma a nível Federal. Portanto aqui não se trata de discutir a questão matemática, mas de realmente não aprovar. Não tem arrego. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, companheiro. Está bom, obrigado. Com a palavra Soraia. O próximo será o Vanderlei Muniz Ferreira.

- Manifestação na galeria.

A SRA. SORAIA – Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar todos os Vereadores desta Casa na pessoa de duas mulheres, duas mulheres incríveis que se debruçaram, trabalharam, pela construção racional de um projeto de lei nesta Casa de Leis. Sou grata a todos que trabalharam, mas especialmente grata à Sâmia Bomfim e à Juliana Cardoso, que se dedicaram a construir um projeto de lei que não é para a Previdência, não é para tirar, confiscar salários de servidor. (Palmas) Mas um projeto amplo que resolva de fato os problemas que não são dos servidores, são da cidade de São Paulo. Construir alternativas para que o orçamento de fato não seja escrachado e desrespeitado como tem sido até agora pelo atual Governo. Esta Casa, ressalto, Casa do Povo, e em nome desta Casa, que é do Povo, me estranha o formato de uma audiência que infelizmente cerceia o povo de participar, na Casa do Povo. Na Casa de Leis. E me estranha, ainda mais....

- Manifestação na galeria.

A SRA. SORAIA – Senhor, por favor. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Conclua.

A SRA. SORAIA – Essas pessoas não têm educação, mas tudo bem.

Somos contra o projeto, porque ele destrói a política pública previdenciária da

Cidade. Infelizmente, Sr Presidente, a gente é obrigada a ver isso, o vale coxinha da Janaína falar.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – São seus colegas de luta. Vanderlei Muniz. André Reis. Isabel Teixeira. Diogo da Luz.

Com a palavra Isabel Teixeira.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, estou questionando que aqui...
Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não, não, não. Eu estou dando a palavra... Agora não, Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu estou insistindo, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Desculpa. Agora não. Agora não.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Escuta. É só escutar, meu Deus do céu!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não. Não vou escutar agora não. Já dei a palavra.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É só colocar no telão para a contagem do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Já está ali o tempo. Por favor, dois minutos, Isabel.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos lá, Isabel, por favor.

A SRA. ISABEL TEIXERA – Boa tarde. Boa tarde, cidadãos paulistanos! Boa tarde, Srs. Vereadores. Desculpem eu estar gritando. Estou tentando me comunicar...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, pessoal. Por favor, por favor...

A SRA. ISABEL TEIXEIRA – Vou esperar para poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Isabel, continue, não espere não.

A SRA. ISABEL TEIXEIRA – Preciso dizer que estou aqui para falar sobre a reforma da Previdência. Não estou para falar de outros assuntos. O que está sendo debatido é a reforma da Previdência. Quem sabe fazer conta já entendeu que ou faz a reforma, ou vamos quebrar. Eu não quero São Paulo insolvente. Quero uma São Paulo saudável. Nós do Partido Novo queremos o bem do nosso País e da nossa cidade.

Eu percebo, pelos seus argumentos inteligentíssimos, que vocês não têm nada melhor para falar. Então vou encerrar minha fala, dizendo que é urgente fazer a reforma da Previdência. Peço aos Srs. Vereadores que tenham responsabilidade para com as contas públicas. Não tenho medo de gritaria. Podem gritar à vontade. Considero essa gritaria uma perda de tempo e energia. Vamos, em vez de brigar, trabalhar pelo bem da nossa cidade. Espero que vocês consigam fazer a reforma na Previdência para que o nosso Brasil siga para um caminho melhor.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. O próximo é o Júlio Rodrigues.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, espera aí. A audiência pública é contra e é a favor. Esperem aí, eu quero o respeito de vocês. Júlio, dê o seu recado.

O SR. JÚLIO RODRIGUES – Boa tarde. Primeiro, obrigado por poder participar desta audiência. Eu queria dizer primeiro uma coisa: falaram aqui mais de 70 pessoas contra o projeto. Essas 70 pessoas estão defendendo 200 mil funcionários públicos...

- Manifestação do público.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, quando vocês estavam falando, todo mundo ouviu. Pode continuar, Júlio.

O SR. JÚLIO RODRIGUES – E aí um rapaz aqui perguntou o que nós estávamos fazendo aqui. Estou aqui tentando representar doze milhões de cidadãos paulistanos que não

conseguem vir aqui. Os cidadãos paulistanos, 70% deles, recebem um salário mínimo de aposentadoria. Todo esse pessoal é privilegiado, porque recebe mais do que um salário mínimo de aposentadoria. Segunda questão, queria dizer que não somos do Itaú. Esse daqui é Partido Novo, para quem não consegue enxergar. Quem gosta do Itaú e dos grandes bancos é o PT...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Minha jovem, minha jovem... Aqui você não pode fazer esse gesto não, viu?

O SR. JÚLIO RODRIGUES – Gostaria de dizer mais uma coisa, vocês reclamam que não teve participação das pessoas e do povo, mas os gabinetes dos Vereadores, principalmente da Janaína Lima, estão abertos, as pessoas podem ir lá conversar, dar sugestões e a Janaína Lima trouxe especialistas tanto a favor, como contra o projeto e todo mundo pode ser ouvido.

É só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Angela Quintanilha. A próxima é a Angela Aparecida dos Santos. Também não.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Flávia. Aí, Flávia, chegou a sua vez.

A SRA. FLÁVIA – Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Boa tarde a todos e todas. Há 25 anos escolhi ser servidora municipal e, para melhorar, eu escolhi duas vezes. Tenho duplo vínculo. Eu escolhi trabalhar na periferia. Eu escolhi trabalhar com a pobreza desta Cidade. Eu escolhi voluntariamente ser um agente público onde há necessidade, que é lá nas nossas comunidades. Eu escolhi ouvir os necessitados nas suas necessidades. Sabem por quê? Esta Casa tem uma incoerência grande e essa é a grande incoerência da Vereadora Janaína: o gestor não é usuário do sistema. O gestor não é o mesmo cara que vai ter a mesma aposentadoria que eu, por isso V.Exa. é capaz de tentar passar este

projeto. Se a sua aposentadoria fosse igual a minha, se a senhora estivesse sob os mesmos critérios que eu, talvez seu olhar fosse diferente e a senhora tivesse mais sensibilidade.

Mas a Vereadora Janaína ensinou uma coisa importante para a gente aqui hoje: a Casa Grande tem cor e a cor é laranja. (Palmas). Hoje descobrimos aqui que a Casa Grande tem cor e tem um gestor. A cor é laranja e o gestor é o Banco Itaú.

Eu escolhi ser servidora pública. Escolhi atender a população que esta gente aqui não quer nem chegar perto. Eu escolhi atender a população que entra pelo elevador de serviço desse pessoal. Não se iludam, todos nós entraríamos pelo elevador de serviço.

Eu quero que a Vereadora Janaína me diga que trabalhador da iniciativa privada teria 0,01% de reajuste anual....

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, minha jovem.

A SRA. FLÁVIA – Que trabalhador da iniciativa privada teria isso como reajuste anual, Vereadora?

Considere isso antes de pensar em fazer qualquer reforma.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Ângela Quintanilha, por favor.

A SRA. ÂNGELA QUINTANILHA – Boa noite a todos os Vereadores.

Tenho uma posição bastante original.

- Manifestação na galeria.

A SRA. ÂNGELA QUINTANILHA – Aquela bandeira lá não é do Corinthians.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, não dá. Estamos no final de uma audiência. Todos falaram. Então, vamos pegar mais leve.

A SRA. ÂNGELA QUINTANILHA – Primeiro, nem tudo que veste cor de abóbora tem a ver com o Itaú ou está sendo pago pelo Itaú. O Itaú não comprou a cor. Eu sou uma cidadã desta Cidade. Pago impostos e eu deveria ter o direito de ser ouvida sem precisar me esganicar no microfone.

Em segundo lugar, eu queria colocar que déficit e recurso do Tesouro...

Aliás, tem muito professor ai, não tem? Fazendo igual aos alunos. Então, eu começo a entender o que acontece com a escola.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, deixem a oradora falar.

A SRA. ÂNGELA QUINTANILHA – Eu acho que se falou muito aqui em aviltar os salários e descontar salários. Eu vi muita gente de sindicato e não vi os sindicatos ao longo dos anos defendendo essas categorias.

Acho que existem os bons funcionários públicos e eles pagam tanto quanto ou qualquer outro cidadão. Quando eles falam que vão ser prejudicados, no outro polo quem está sendo prejudicado...

- Manifestação na galeria.

A SRA. ÂNGELA QUINTANILHA – No outro polo, quem está sendo prejudicado é o cidadão que paga imposto para sustentar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O próximo é o Clóvis Roberto Pereira.

O SR. CLÓVIS ROBERTO PEREIRA – Boa noite a todos.

Estou falando em nome de uma categoria que quando ingressa no serviço público, faz um juramento de colocar o sacrifício da própria vida. Então, fazer sacrifício não é uma coisa impossível para a categoria que eu represento. O que acontece com este projeto é que estão nos pedindo para fazer um sacrifício sem conseguir comprovar que isso vai ter qualquer contrapartida quando a gente for se aposentar. Não tem isso no projeto. Não temos segurança nenhuma porque não foi devidamente debatido porque não apresentaram os dados com deveriam ser apresentados. Se as coisas tivessem sido feitas ou forem feitas da maneira correta, seguramente, os servidores querem garantir uma aposentadoria tranquila e segura no futuro, mas isso não está sendo feito e tanto é prova disso que começamos discutindo um projeto que depois virou outro e outro e terminou neste que foi publicado hoje de manhã e que

tem erros.

Não sou especialista, sou uma vítima disto aqui, mas tem erros tão grosseiros que até eu percebo. Se olharmos os artigos 14 e 28, da maneira como está escrito, os servidores vão ter de pagar previdência até do auxílio-refeição e do vale-alimentação. Vamos ter de pagar a previdência do almoço porque nesses dois artigos que excluem as parcelas que não entram no computo da previdência não estão listadas nem auxílio-refeição e nem vale-alimentação. Se não estão listadas, então terão que ser cobradas. Isso é o que está sendo colocado dos servidores. Então, retirem o projeto e façam uma discussão séria e consistente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Próximo, Eduardo Kenedy.

O SR. EDUARDO KENEDY – Boa tarde a todos os servidores aqui dentro e lá fora na frente da Câmara Municipal. Eu entrei na Prefeitura há 13 anos e entrei pela porta da frente, por um concurso público de provas e não foi à toa, eu não ganhei o meu cargo, eu não ganhei dinheiro, eu fiz pelo meu mérito. Estou aqui pelo meu mérito.

Ouvi chamarem os servidores de vagabundos e que os servidores são responsáveis pelo déficit da previdência. Isso é mentira. Eles só estão querendo entregar o dinheiro dos servidores para os bancos, haja vista que o pessoal dos bancos teve de entrar pela porta dos fundos. Nós entramos pela porta da frente e por mérito e não foi graças a uma Vereadora que não tem coragem de trazer o pessoal dela e tem de pagar para vir aqui. Nós vamos ficar aqui, vamos lutar e vamos barrar essa reforma da previdência porque nós somos mais de 200 mil servidores e não somos qualquer um. Estamos aqui porque merecemos.

Eu não aceito este projeto. Vocês não aceitam e o pessoal lá fora não vai deixar este projeto passar. Uma salva de palmas a todos os servidores que tiram dinheiro do bolso e tem dificuldades todos os dias no seu local de trabalho porque quem está encarando a população e servindo a população da cidade de São Paulo somos nós. Esta Câmara Municipal subserviente que está aqui a mando dos bancos, esses Vereadores que estão a mando dos bancos apenas para tirar o nosso dinheiro não tem coragem de debater com a gente. Sabem o

que eles fazem? Eles querem na calada da noite, meia-noite, véspera de Natal tirar os nossos direitos. Nós não vamos deixar isso acontecer. Juntos somos mais fortes e ninguém solta a mão de ninguém.

Um abraço, pessoal.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Obrigado.

José Iran está aí? (Pausa) Se não estiver, Ricardo Melão.

- Manifestações na galeria.

O SR. JOSÉ IRAN - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa Diretora na pessoa do Presidente; cumprimentar também o plenário, tanto a parte direita quanto a parte esquerda.

Quero registrar a vergonha que este plenário passou neste momento, na briga de vereadores com a GCM. Isso é inadmissível numa casa tão respeitada como esta de São Paulo. Essa foi a grande negatividade que aconteceu hoje.

Sou José Iran, sou empresário, sei exatamente a necessidade dessa reforma previdenciária. Isso é uma necessidade. Não vamos permitir...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Continue, Iran, por favor.

- Manifestações na galeria.

O SR. JOSÉ IRAN – Eu respeito os senhores e gostaria que os senhores me respeitassem, por favor. É assim que se mantém uma democracia. Não vamos ver o exemplo da Grécia, não vamos ver o exemplo de Portugal, que quebrou a previdência, e a previdência é o único direito do trabalhador.

Eu agradeço e desejo um bom Natal para todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Ricardo Melão. (Pausa) Não está. Cecília Oliveira. (Pausa) Não está. Vereador Jair

Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Senhoras e senhores, hoje nesta Casa aconteceram alguns fatos inéditos. O Vereador Arselino Tatto está aqui há 30 anos; V.Exa. já viu uma audiência pública sem público? Apesar de ter milhares e milhares de servidores lá fora, tentaram uma audiência pública sem público.

Vereador Natalini, teve um segundo fenômeno hoje aqui. Somos 55 vereadores. Há poucos instantes nós vimos mais de 120 policiais aqui dentro. Significa que tinha dois para cada um de nós. Isso é um absurdo, Vereador Reis! Esse é o atropelo. Esse projeto veio de maneira desorganizada, é uma insistência ineficaz.

Outro fenômeno, Vereador Cláudio Fonseca: costumam-se ver milhares de servidores, trabalhadores, pedindo salário; hoje eles estão aqui implorando para não tirar um pouco do que ganham. É outro fenômeno que acontece nesta Casa.

Outra coisa, agora falando de valores: eu estou na Comissão de Finanças e Orçamento há seis anos, eu presido. O Secretário veio aqui expor hoje. O que o Secretário não falou, servidores do Município, é que o imposto do Município, que o servidor paga - o ISS, o ITBI -, chega a aumentar 14% ao ano. Por que eles não falam, então, que esses 14% vão suprir a necessidade da previdência. Alguém viu o Secretário expor isso hoje aqui? Paulo Frange...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado, nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO - Não deu dois minutos!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Deu dois minutos.

O SR. JAIR TATTO – Não, senhor, não deu dois minutos! Eu estou marcando lá.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Encerrando.

O SR. JAIR TATTO – Então quero dizer, mais uma vez: estão tentando tirar o salário de vocês e o imposto que vocês pagam – não é o imposto estadual e a transferência federal –, aquilo que o servidor paga de ISS, de ITBI, de IPTU, aumentou na média 14% ao

ano.

E o último assunto: a mentira das privatizações. Srs. vereadores, começou dizendo que iam entrar sete bilhões de reais, e nunca disseram que ia suprir a necessidade de vocês. Depois mentiram, falaram que eram cinco bilhões; nunca falaram que ia ajudar, suprir essa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Vereador. V.Exa. (ininteligível)...

O SR. JAIR TATTO – E hoje por que o Governo não fala que o dinheiro das privatizações vai para cobrir essa diferença, que é uma diferença social, que o aporte mais social que existe na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Próximo, Vereador Reis, por favor.

Muito obrigado, Vereador. Está bom, Vereador.

O SR. JAIR TATTO – Então não vai ter arrego e, se tiverem vergonha na cara, vocês retiram esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem. Vereador Reis, peço que respeite...

- Manifestações na galeria.

O SR. REIS - Quero cumprimentar todos os presentes, cumprimentar todos os funcionários públicos que estão do lado de fora, porque a verdadeira audiência pública deveria ser lá na rua e não aqui.

Quero dizer que o governo é do mal. Na realidade, o que nós estamos discutindo é o Covasprev, a previdência do Covas. É um governo que agiu maquiavelicamente. Quando...

- Manifestação na galeria.

O SR. REIS – Corrupto é você! Corrupto é você! Cale a sua boca! Cale a sua boca! Cale a sua boca! Você é corrupto! Cale a sua boca, vagabundo! Vagabundo! Seu vagabundo!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nobre Vereador, V.Exa. não tem o

direito...

- Tumulto.

O SR. REIS – Corrupto é você e sua geração! Presidente, pelo que remova aquele cidadão. Ele não pode atacar vereador! Ele não pode atacar vereador! Ele não pode atacar vereador! Ele não pode!

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Não tem que atacar vereador, por favor.

Vereador, continue.

O SR. REIS – Eu exijo a retirada dele! Eu exijo a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu vou encerrar...

O SR. REIS – Não vai encerrar, não! Eu exijo a retirada. Não vou aceitar ser destrutado aqui! Não vou aceitar! Tirem esse rapaz!

- Tumulto.

O SR. REIS – Sr. Presidente, tome providência! Sr. Presidente, não seja leniente, tome providências! Eu fui destrutado nesta tribuna. Tome providências! Não tem tempo, aqui!

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, realmente não pode haver ofensa a vereador. Eu vou pedir a gentileza do amigo... Já está encerrando a audiência pública. Por favor, jovem. Jovem, por favor. É uma solicitação do Presidente para você se retirar, por favor.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu estou fazendo um convite para você. Você não está sendo retirado. Por favor, não pode ofender vereador.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reis, por favor, complete o seu tempo.

- Tumulto.

O SR. REIS - Retire o cidadão! Retire!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – É problema meu... Retire sua palavra

O SR. REIS – Ele não saiu...

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra, Alessandro Guedes.

O SR. REIS – Não, não! Eu não retiro a minha palavra! Sr. Presidente, não vou aceitar! Retire esse cidadão agora! Retire! Retire desta Casa! Retire!

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reis, complete a sua palavra, por favor.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Alessandro Guedes, por favor. Dois minutos. Quem passar de dois minutos, eu encerro a audiência pública

O SR. REIS – Senhores presentes, na realidade a Sampaprev, que se tornou Covasprev, na realidade foi um bode, eles colocaram um bode na sala. Então criaram 19%, criaram um monte de...

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reis, V.Exa. está tomando tempo dos seus colegas do PT! Tem uma lista para falar!

O SR. REIS – Eu estou com a palavra, eu não terminei. Olhe meu tempo lá, Sr. Presidente!

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu vou encerrar a audiência pública se o PT não respeitar.

O SR. REIS – Sr. Presidente, ainda me falta um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Já encerrou a palavra de V.Exa.

- Tumulto.

O SR. REIS – Não encerrou! Falta um minuto ainda! Garanta a palavra! Chega de ditadura!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Fala, fala. Está bom, Vereador. Joga para a plateia, (ininteligível) não. Joga para a torcida!

O SR. REIS – Já não basta ter colocado a GCM para tirar as pessoas daqui de dentro?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem muita gente aqui para jogar para a torcida. Pode jogar!

- Tumulto.

O SR. REIS – Aqueles que estão aqui estão lutando para que não tirem 3% do salário dos GCM, mas botaram eles para tirar as pessoas daqui de dentro. As pessoas que estão aqui estão lutando para que não percam os 3%. O GCM tem um salário padrão de 754 reais. É uma vergonha essa administração, Donato! Você sabe por que eles não vão tirar dinheiro dos ricos? Porque é uma administração de rico. Eles querem tirar dos pobres, dos servidores, daqueles que realmente lutam por esta cidade, trabalham por esta cidade. Esta é a verdade que tem que ser dita!

Retira! Retira!

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Alessandro Guedes, por favor.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Retira! Retira!

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade de falar aqui. Quero começar parabenizando os milhares de servidores que estão lutando pelos seus direitos aqui dentro e lá fora. E ainda têm que ficar ouvindo besteira de que eles não trabalham. Esse povo carrega a cidade nas costas! Aonde você vai, a uma subprefeitura, a uma escola, é tudo sucateado, porque o Prefeito não investe e não cuida!

Sr. Presidente, peço uma salva de palmas para esse povo que está aí. Esse povo

merece o nosso respeito.

A comissão que foi montada aqui foi uma comissão de mentirinha, que veio com o relatório pronto lá do Palácio do Anhangabaú e quer enfiar goela abaixo da oposição. Nós vamos resistir até o fim, ou melhor, além do fim. Que taxe os grandes bancos! Que o Itaú pague a sua dívida de oito bilhões com a cidade de São Paulo, que ele fica (ininteligível)! Eu participei da CPI da Dívida Ativa nesta Casa. Só os grandes bancos devem mais de 60 bilhões de reais para esta cidade! E a gente vai tirar do servidor? A gente vai esperar virar meia-noite, véspera de Natal, para tirar do servidor?

Prefeito Bruno Covas, a Cidade não precisa passar por isso. Senhoras e Srs. Vereadores que pretendem votar esse projeto, espero que não sejam candidatos à reeleição, porque, se votarem, não voltam! Os servidores falaram muito bem: vão trabalhar de manhã, de tarde e de noite denunciando essas questões que atingiram eles e atingem todo cidadão paulistano.

Então, Sras. e Srs. Vereadores, saibam de uma coisa: vai ter vereadores lutando além do fim para que esse processo não passe, e se for preciso estar aqui no Natal, no Ano Novo, nós estaremos para defender os direitos dos trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O próximo a falar é o Vereador Eduardo Suplicy. Senador, peço a compreensão de V.Exa. para os dois minutos.

- Manifestação na galeria.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Queridos, queridas, servidores e servidoras, vereadores, presidente Gilson Barreto. Esta audiência foi, sobretudo, para ouvir os servidores. Tenho certeza de que o Prefeito Bruno Covas jamais iria querer aprovar uma reforma da previdência sem ouvir a representação dos servidores.

Quero informar que ouvi com muita atenção a palavra de todos os servidores públicos que aqui falaram. Vou citar os nomes: Juneia Batista, Sonia Alves, Sonia Maria

Correia, Carmem Bressani, Lúcia Mendes da Silva, Márcia Bandeira, Margarida Prado Genebra, Breno Berezovisk, João Ariovaldo, Claudete Alves, Felipe Torres, Luiz Claudio, Maria Benedita de Castro, Angélica dos Santos, Lourdes Estevam, Teodoro Vaz, Amauri Luba Melo, José Donizete, Vlamir Lima, Laudiceia, Dimitri, Renato, Soraia, Flávia, Carlos Alberto Pereira, Eduardo Kenedy. Um a um todos foram críticos dessa proposta. Como é que o Prefeito vai querer impor?

Sr. Relator Fernando Holiday, é preciso pensar nisso. Como que vamos impor aos servidores uma coisa pela qual, se for levada a sério a palavra deles, não se pode admitir a sua aprovação na forma como está. É necessário que se faça um novo projeto, ouvindo os servidores públicos que aqui estão e que trabalham nas condições mais difíceis, conforme nos relataram, como os professores das escolas na periferia, nos postos de saúde, nos locais de atendimento das assistentes sociais. Se dedicam extraordinariamente para que possa a população de São Paulo, os 12 milhões de habitantes, serem bem servidos.

Como simplesmente retirar 3% da sua remuneração sem uma melhor discussão. Conforme foi aqui revelado, por eles, sem qualquer esclarecimento sobre se vai haver alguma vantagem mais tarde...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado Vereador.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – ...na época da aposentadoria, se é que vai haver algum benefício.

Por essas razões, eu vou votar contrariamente e proponho que se vote apenas no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado pela colaboração de V.Exa.

Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso, por dois minutos regimentais.

- Manifestação do público.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Esse projeto acaba com o salário de cada um dos

servidores. Quando esse Banco Itaú vem aqui eles não usam o serviço público, não adianta a gente ficar atacando, porque a iniciativa privada os cobre com a educação e com a saúde. Infelizmente, vereadores que dizem que vêm da periferia, colocam em prática um projeto nefasto que acaba com a vida dos servidores públicos.

Eu quero ver se esses mesmos vão nas unidades de saúde, principalmente dentro das autarquias, que estão acabados, que não têm o mínimo. O mínimo eles têm, mas estão junto com os funcionários públicos que seguram cada hospital. Eles estão juntos com a educação que, como a professora colocou aqui, quando chove tem de ir para o pátio para que ela possa, de fato, conseguir dar a sua aula.

Nobres vereadores, não vamos ser os canalhas que vão tirar o salário desses servidores municipais. Vamos pensar muito que esse projeto vai retirar 14%, por exemplo, de um servidor que está lá na funerária. Os senhores já viram qual é o salário deles? Setecentos e vinte e quatro reais. Fico abismada.

Como que, por exemplo, a Guarda Civil Metropolitana - que tem de passar pelo papelão de entrar no Plenário para bater em vereador -, como que eles também precisam que esse projeto de lei não passe, porque é no bolso de cada um.

Educação, saúde, assistência social, que estão tão acabados na cidade de São Paulo.

A forma como vocês estão querendo fazer esse projeto de lei, na calada da noite, é absurda. É uma canalhice. Passar de Natal para o Ano Novo, onde os servidores públicos, neste momento, já poderiam estar usufruindo das suas férias ou finalizando seus trabalhos. Não deixemos que esse tipo de projeto, por conta do Governo, faça esse papelão.

Nobres vereadores e vereadoras que ainda estão indecisos, sei que tem muitos aqui, sei que tem muitos vereadores e vereadoras que não querem votar nisso. Ajudem-nos a obstruir, ajudem-nos a tirar esse projeto da pauta. Votemos o orçamento para a gente finalizar os trabalhos desta Casa. (Palmas.) Não deixemos que esse projeto volte, porque se vocês

fizerem não é só quando vocês não vão voltar para cá, mas vocês vão ser infernizados, porque os servidores públicos, a partir de fevereiro, vão estar em greve em todas as unidades que têm na cidade de São Paulo. Vai ficar na responsabilidade de cada um dos senhores que votaram favoráveis ao projeto.

Retira! Retira esse projeto que acaba com a vida dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Vereadora Janaína Lima.

- Manifestação na galeria com vaias.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, pessoal. Vamos ouvir. Nós ouvimos todos, vamos ouvir a Vereadora Janaína Lima, por favor. Vereadora, por favor.

- Manifestação na galeria com vaias.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, pessoal, estamos no final. Por favor, por favor.

- Manifestação na galeria com vaias.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Jovens, jovens, por favor.

A SRA. JANAÍNA LIMA - Obrigada, Presidente, por garantir a minha fala.

Quero começar cumprimentando os servidores. Quero dizer que eu não sou contra os servidores. Todos os servidores que aqui acompanharam a Comissão sabem muito bem que nós garantimos o diálogo. Foram 300 horas de trabalho, 18 especialistas vieram falar. Eu também quero dizer que não concordo com a reforma apresentada pelo Executivo. É uma reforma capenga, porque daqui a dois anos vamos ter de discutir o *deficit* da previdência de novo.

- Manifestação na galeria com vaias.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Meus convidados, por favor.

A SRA. JANAÍNA LIMA - Quero me dirigir aqui à Vereadora Sâmia Bomfim, que fez acusações sérias a meu respeito, injúrias, calúnias. A deputada federal eleita, a burguesa de Presidente Prudente que usa o cargo dela de vereadora de trampolim. A Câmara de São Paulo virou trampolim da Sra. Sâmia. A gente poderia estar trabalhando...

- Manifestação na galeria com vaias.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor.

A SRA. JANAÍNA LIMA - ...discutindo a reforma da previdência e ela não teve a capacidade de lutar por vocês. Vocês votaram em que usou vocês. É isso aí. Essa burguesa de última categoria. Acabou a sua farsa (Ininteligível) com as suas falácias. O Sr. Toninho Vespoli entrou com mandato de segurança...

- Manifestações simultâneas no microfone.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Acabou o tempo dela, Presidente. Encerra que acabou.

A SRA. JANAÍNA LIMA - ...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereadora, por favor. Por favor.

- Manifestações simultâneas no microfone.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Exijo que interrompa, porque acabou o tempo dela.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor.

A SRA. JANAÍNA LIMA - ...

- Manifestações simultâneas no microfone.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Acabou o tempo dela.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Deixe que eu cuido disso.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Acabou o tempo dela. Ela precisa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Declaro realizada a segunda audiência pública do Projeto de Lei 621/2018.

Agradeço a todos os nossos convidados pela educação, pela presteza, pela fala. É uma honra para o Parlamento Municipal...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – ...tê-los aqui conosco.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nada mais havendo...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – ...a tratar...

SRA. SÂMIA BOMFIM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – ...declaro encerrada a audiência pública.

SRA. SÂMIA BOMFIM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Que Deus ilumine a todos.

- Manifestação na galeria.